

Como funcionava a economia feudal? A lógica econômica das sociedades medievais¹

How did the feudal economy work? The economic logic of medieval societies

Chris Wickham*

Resumo

Este artigo tem como objetivo criar um modelo para a lógica econômica subjacente da economia feudal, que pode, então, ser contrastado com os modelos muito mais conhecidos da economia capitalista. Isso é feito desenvolvendo uma discussão sobre um padrão muito frequente em sociedades pré-industriais e feudais: economias locais ativas com trocas altamente desenvolvidas, que nunca, nem remotamente, se desenvolveram na direção do capitalismo. Argumenta-se aqui que isso ocorre porque elas obedeciam a uma lógica econômica diferente, e não apenas a uma versão mais simples da lógica do mundo capitalista, que de alguma forma teria sido “bloqueada” de se desenvolver ainda mais. O artigo então estabelece os elementos básicos do que essa lógica poderia ser.

Palavras-chave: economia feudal; lógica econômica; sociedades medievais

Abstract

This article aims to create a model for the underlying economic logic of the feudal economy, which can then be contrasted with the much better-known models for the capitalist economy. It does so by developing a discussion of a very frequent pattern in pre-industrial, feudal, societies: active local economies with highly developed exchange, which never, even remotely, developed in the direction of capitalism. It is argued here that this is because they obeyed a different economic logic, rather than just a simpler version of the logic of the capitalist world, which was somehow “blocked” from developing any further. The article then sets out the basic elements of what that logic could be.

Keywords: feudal economy; economic logic; medieval societies

¹ Wickham, Chris. “How did the feudal economy work? The economic logic of medieval societies”. *Past and Present*, v. 251, maio, 2021, p. 3-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtaa018>. Tradução: Cinthia M. M. Rocha, com a permissão da *Past and Present Society*.

* Apresentei a primeira versão deste texto em uma palestra em homenagem à memória de Eric Hobsbawm, patrocinada pela Birkbeck, Universidade de Londres, em 14 de maio de 2019. Agradeço a Jan Rüger, Rebecca Darley e todo o Departamento de História da Birkbeck por um evento altamente estimulante. Sou muito grato a Leslie Brubaker, Sandro Carocci, Chris Dyer, John Haldon, Matthew Hilton, Kevin O'Rourke, Paolo Tedesco e, especialmente, a Shami Ghosh pelas críticas a este texto; nem todos concordam com suas conclusões. Mais tarde, percebi que também é tão influenciado por Rodney Hilton, companheiro de longa data de Hobsbawm, que é apropriado honrar sua memória também.

As economias não tiveram a mesma estrutura interna ao longo da história humana. Alguns dos elementos mais simples da economia são, é claro, encontrados praticamente em todos os lugares, como, nas transações comerciais, a relação entre oferta, demanda e preço. No entanto, existem diferenças fundamentais, em particular, entre os sistemas econômicos que se baseiam na apropriação de excedentes dos camponeses, em produtos, serviços ou dinheiro, e aqueles que se baseiam no pagamento de salários aos trabalhadores. Existem outros sistemas econômicos também, mas esses dois foram os mais recorrentes nos registros históricos. O primeiro dos dois, o que Karl Marx chamou de modo de produção feudal, foi o mais abrangente e duradouro de todos – o capitalismo, o segundo, tem, afinal, apenas dois ou três séculos de existência – mas é o capitalismo, cuja lógica interna, cujos padrões de desenvolvimento e mudança foram, de longe, os mais amplamente estudados, desde o próprio Marx até os dias de hoje. Portanto, se quisermos entender melhor a história – ou a economia – precisamos compreender melhor o feudalismo.²

Essas afirmações não são particularmente controversas, exceto possivelmente a última; mesmo assim, uma disparidade no foco analítico tem, muitas vezes, significado que as regras subjacentes da economia capitalista são consideradas válidas de forma implícita em todos os tempos e lugares. Mesmo a nova onda de histórias econômicas não europeias do período pré-industrial, que buscam mostrar – e na minha opinião mostram – que partes da China e da Índia eram tão economicamente complexas quanto partes da Europa até o século XVIII, não dedicam nenhuma página a estabelecer lógicas alternativas para as economias que estão estudando.³ O desafio mais sistemático a isso, é claro, vem do próprio marxismo, que considera axiomático o fato de que as regras capitalistas são contingentes e podem ser substituídas no futuro; mas isso continua sendo um desafio no nível da teoria econômica e política, já que exemplos empíricos reais de economias pós-capitalistas têm sido difíceis de estabelecer em qualquer perspectiva de longo prazo até agora. O desafio empírico mais constante tem vindo, na verdade, da antropologia substantivista, que identificou e teorizou as práticas econômicas de sociedades relativamente igualitárias em todo o mundo, dramaticamente divergentes, como geralmente são, de qualquer lógica capitalista; mas, na prática, esse trabalho se restringiu principalmente a sociedades sem classes, e não é tão bem redimensionado quando entram em jogo questões de domínio político e econômico.⁴ Então, neste artigo, espero superar essas questões, oferecendo uma análise ao menos parcial da dinâmica econômica interna do modo de produção feudal. Para tanto, concentro-me em dados da Idade Média na Europa, embora

² Preciso adicionar uma nota terminológica desde o início: vou me referir à economia feudal (ou modo de produção) e feudalismo de forma intercambiável. Essas palavras não devem ser entendidas aqui como referentes à relação entre feudo e vassalo em meio à aristocracia militar medieval, que também é chamada de “feudalismo” na literatura. Eu discuti a variedade de significados da palavra em Wickham (2000). Para caracterizações mais detalhadas do que o feudalismo significa no contexto deste artigo, consulte a seção I abaixo.

³ Veja, por exemplo, Pomeranz (2000); Rosenthal e Wong (2011); Parthasarathi (2011); e a importante contribuição de Wong (2014), seção I, capítulo 6, um livro muitas vezes peculiar. Para discussões, consulte a nota 21 abaixo.

⁴ Clássicos incluem Godelier (1972), p. 243-319; Sahlins (1972). O teórico substantivista original, Karl Polanyi, certamente considerava que suas categorizações eram válidas para sociedades de classes – veja, acima de tudo, Polanyi, Arensberg e Pearson (1957); mas para mim suas aplicações empíricas resistem consideravelmente menos do que sua abordagem subjacente.

estenda minhas discussões para o Norte da África e Ásia, tanto antes de 500 como depois de 1500, quando relevante. Uma história econômica global do feudalismo é muito necessária e é, a esta altura, provavelmente possível, pelo menos em linhas gerais, mas isso iria muito além dos limites de um único artigo.

Marx escreveu sobre isso algumas vezes, é claro, principalmente em seu *Formen*, “Formações econômicas que precedem a produção capitalista” em seu título completo.⁵ O texto fazia parte de seus *Grundrisse*, que não foram escritos para publicação e não estavam facilmente disponíveis até que uma edição da Alemanha Oriental apareceu em 1953. Jack Cohen traduziu o *Formen* para o inglês em 1964, com uma introdução lúcida de Eric Hobsbawm, que ainda é uma das exposições mais sistemáticas do que Marx realmente pensava sobre as economias pré-capitalistas e sobre como elas funcionavam e mudavam à luz de suas próprias contradições. A problemática colocada por Marx nesse contexto será um ponto de referência para mim aqui. Mas apenas sua problemática, não suas conclusões de fato. Nesse texto, Marx estava escrevendo notas para si mesmo que não foram publicadas, e não algum tipo de discussão acabada; e, como Hobsbawm de fato observou, nem aqui nem em nenhum outro lugar ele dedicou tempo a discutir a dinâmica interna do feudalismo – em outras palavras, sua lógica econômica (Marx talvez tivesse preferido – como em suas análises do capitalismo – suas “leis de movimento”).⁶ Muitas pessoas tentaram adivinhar o que Marx teria dito se ele tivesse realmente discutido isso. Esse é um esforço desperdiçado; ninguém trabalhando nas décadas de 1850 e 1860 sabia o suficiente sobre as sociedades feudais para poder fazer qualquer tipo de análise sistemática de sua lógica econômica subjacente. Provavelmente, lamento dizer, isso ainda é verdade hoje. Restringindo-me ao período medieval aqui, a lista do que não sabemos sobre elementos fundamentais de sua economia (ou economias) é pelo menos tão longa quanto a lista do que sabemos com relativa certeza. Mas temos muitos mais dados e, às vezes, em regiões bem estudadas, temos uma compreensão bastante detalhada dos padrões econômicos em diferentes séculos medievais; então podemos talvez chegar mais perto de uma análise do que estava acontecendo economicamente no período. Eu mesmo reclamei que ninguém elaborou adequadamente a lógica econômica dominante das sociedades medievais, em trabalhos anteriores. Isso não é totalmente justo, pois existiram várias discussões substanciais, especialmente nas últimas duas décadas, que fazem observações importantes para pelo menos partes da Europa medieval e além; aqui, eu me baseio no trabalho de vários deles.⁷ Mesmo assim, precisamos enfrentar a questão de forma mais explícita; por-

⁵ [N.T.] O título original em alemão é *Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen*. Foi traduzido em português com o título de “Formas que precederam a produção capitalista”.

⁶ Marx (1964), traduzido por Jack Cohen e editado por E. J. Hobsbawm; consulte p. 41-43 para o resumo de Hobsbawm sobre Marx em relação ao feudalismo, e p. 62-64 para o feudalismo global. Este livro ainda precisa ser lido, pela força da introdução de Hobsbawm, mas como tradução foi superado por Marx (1973), tradução por Martin Nicolaus, p. 471-514, não apenas porque este último tem a vantagem, sendo o texto completo, de incluir a seção sobre a acumulação original de capital, p. 459-471, que imediatamente precede o *Formen* e contextualiza esta última seção. Uma das melhores descrições do modo feudal, Kuchenbuch e Michae (1977), na verdade, apesar do título, não nos diz muito sobre sua dinâmica.

⁷ Em ordem cronológica aproximada, Rodney Hilton, Witold Kula, Robert Brenner, Guy Bois, Chris Dyer, John Haldon, Jane Whittle, Larry (S. R.) Epstein, Jairus Banaji, Bas van Bavel, Jessica Goldberg, Shami Ghosh. Eu cito seus trabalhos nas notas que seguem.

que estabelecer um modelo de economia feudal que possa ser confrontado com as premissas básicas da economia capitalista é fundamental para uma compreensão real de como funcionou o período medieval como um todo, e não apenas do período medieval.

Neste artigo, concentro-me em exemplos relativamente dinâmicos de economias feudais, que argumento serem os mais úteis, porque são os mais complexos, guias de como uma lógica econômica feudal poderia ter funcionado, inclusive em situações em que os camponeses têm considerável acesso aos mercados. Após uma ambientação introdutória na seção I, que inevitavelmente será, em grande medida, familiar para os especialistas, alguns desses exemplos serão trabalhados com mais detalhes na seção II, a fim de tornar o mais claro possível os elementos empíricos que fundamentam os argumentos do artigo. Somente após isso, na seção III, terei material suficiente que me permita confrontar diretamente o ponto principal que quero defender aqui, que é propor como as estruturas básicas da lógica da economia feudal, consideradas como um todo, poderiam ser efetivamente compreendidas.

I

Vamos começar com um problema. No mundo pré-industrial, havia muitas regiões em que a economia demonstrava grande complexidade e, em alguns setores, dinamismo. Existiam grandes cidades com muitos artesãos produzindo para o mercado (muitos deles assalariados), crescimento Smithiano baseado em divisões de trabalho em processo de desenvolvimento, economias agrárias orientadas, em muitos casos, para o mercado (como efetivamente teria que ser, se as cidades fossem grandes), e complexas redes de trocas – às vezes sustentadas pelo que podemos legitimamente chamar de investimento de capital, e em alguns casos também por mercados de fatores, ou seja, mercados relativamente integrados de terra, trabalho e crédito. Diferentes partes do Império Romano nos séculos I a VI, o Iraque no século IX, o Egito do X ao XIV, o vale do Yangtzé do XI ao XIII (muitas pessoas estenderiam essas datas chinesas até o século XVIII), Bizâncio e a Espanha Islâmica no século XII, Flandres nos séculos XII a XV, o Norte da Itália nos séculos XIII a XVI, o Sul da Alemanha nos séculos XV a XVII, Bengala e Sul da Índia nos séculos XVI a XVIII, e também Holanda e Inglaterra nos séculos XVI a XVIII – todas essas datas são aproximadas e frequentemente contestadas em seus limites – são muitos dos principais exemplos, além de alguns outros também. No entanto, essa situação não durou em quase nenhuma delas, pelo menos não com um mesmo grau de dinamismo, inclusive quando mantiveram depois um constante nível de elevada eficiência na produção e nas trocas, o que ocorreu em várias delas. Quando seu dinamismo de fato dura, historiadores dos países envolvidos são muito propensos a insistir nisso, mas a análise microrregional tende a minar essa insistência. No caso dos dois últimos, em particular, é um inconveniente para os historiadores econômicos holandeses que a industrialização tenha, em realidade, começado na Bélgica, e não no centro comercial das terras ao redor de Amsterdã, e em uma área relativamente marginal, no vale médio do Mosa; é um inconveniente para os historiadores ingleses que a mesma mudança tenha começado em Lancashire e nas Midlands Ocidentais, também áreas relativamente marginais ao redor de 1600, e não em centros

protoindustriais precoces como Gloucestershire e Kent.⁸ Então, por que as condições econômicas dessas regiões não duraram, ou se tornaram ainda mais complexas?

O problema é bem conhecido, é claro, pelo menos de maneira genérica. Como resultado, apesar do entusiasmo dos historiadores ao analisarem os pontos altos, uma metanarrativa de fracasso – ou seja, um fracasso em se desenvolver ainda mais na direção do capitalismo – tem sido subjacente a grande parte da historiografia econômica global. Isso remonta a uma suposição de longa data mantida por historiadores, frequentemente até os anos 1970 (Marx também, em parte), de que cidades e comércio, e o uso de dinheiro, eram antitéticos ao sistema da economia feudal, supostamente fechado e baseado apenas na subsistência, e que, no final das contas, o dissolveriam, ou, pelo menos, deveriam.⁹ Poucas pessoas ainda acreditam nisso, mas a ideia persiste, atrapalhando análises mais estruturadas. Como resultado, a maioria das explicações para o “fracasso” – agora coloco aspas em torno da palavra – têm sido fragmentadas, focadas em uma região de cada vez. Guerra, conquista e peste são recorrentes nessas explicações: a desintegração do Império Romano, a invasão mongol na China, a Peste Negra, os britânicos na Índia. Nem deveríamos desconfiar de, pelo menos, algumas dessas interpretações específicas (pois algumas funcionam muito melhor do que outras), embora valha a pena observar desde já que, para muitos desses casos, historiadores também têm destacado problemas estruturais internos: como, por exemplo, um estudo recente e altamente estimulante sobre mercados de fatores em três dos casos que mencionei (Iraque, Itália e Países Baixos) por Bas van Bavel.¹⁰ Mas por que uma recuada do dinamismo econômico ocorria tão regularmente? Aqui, “fracasso” não é de forma alguma a questão, como discuto posteriormente; pois eu responderia que tem a ver com a lógica do feudalismo.

Tudo isso, obviamente, levanta a questão do que é o feudalismo, uma vez que estou usando a palavra aqui de uma maneira que evidentemente se estende muito além da Europa medieval ocidental, sua localização tradicional. Aqui, como já afirmado, estou utilizando-a em seu sentido econômico como um modo de produção, derivado novamente de Marx e seus contemporâneos, mas generalizando a partir deles; em sua forma ideal, é um sistema socioeconômico baseado em relações de produção de exploração entre camponeses, ou seja, agricultores de subsistência, e senhores. No seu cerne estão as unidades familiares campesinas, que trabalham a terra e criam animais, geralmente realizam algum trabalho artesanal de subsistência, como tecelagem, e também, em regiões onde estão disponíveis, extraem metais. Preciso declarar desde o início que vou tratar a família camponesa como uma unidade e, portanto, não discutirei questões de gênero; dentro da família, o trabalho era altamente marcado pelo

⁸ Veja, para uma pesquisa global criteriosa dessas economias e outras, Findlay e O'Rourke (2007). Para os Países Baixos e a Bélgica, consulte, por exemplo, De Vries e van der Woude (1997); Mokyr (1976). Para a Inglaterra, veja as importantes discussões regionais em Hudson (1989). Yorkshire é o caso mais claro na Inglaterra de um importante foco protoindustrial (na produção de lã) que realmente se tornou um foco industrial; veja Hudson (1986).

⁹ Veja, de maneira emblemática, Postan (1972, p. 212-213); Lopez (1971, p. 148-164). Para a visão dupla de Marx sobre o assunto, compare Marx (1981), livro III de *O capital*, tradução por David Fernbach, capítulo 20 com capítulo 47, seção IV. Em contrapartida, um exemplo bom – porque é explícito – é Hilton (1992); mas veja também a (ainda) interessante discussão sobre o tema já na década de 1950, em Hilton (1978b).

¹⁰ Van Bavel (2016). Consulte abaixo, na seção II, para a Itália.

gênero – homens arando e mulheres fiando e tecendo era um clichê desde a França até a China – mas esse não é o meu foco aqui.¹¹ Peço desculpas aos leitores medievalistas pelo nível básico do que vou dizer nos próximos parágrafos, mas é necessário estabelecer a forma ideal mais a fundo, para ser claro.

Os camponeses eram a grande maioria dos habitantes do mundo em qualquer período entre o Neolítico e o século XX. Eles controlavam e, onde o campesinato continua a existir, ainda controlam o processo de produção, ou seja, o que é realmente produzido na terra. Nem todos tiveram senhores o tempo todo, mas em sociedades feudais a maioria tinha. A principal relação de domínio e sistema de extração de excedente aqui consiste nos camponeses fornecendo excedente, frequentemente, mas não apenas, em forma de renda e serviços aos senhores, em várias formas, sob a ameaça, pelo menos implícita, de violência.¹² O excedente que os senhores tomam, portanto, depende da luta de classes real ou potencial e não é baseado diretamente no mercado.¹³ Os senhores podem afetar o processo de produção ao exigir diferentes tipos de renda, e frequentemente o fazem. Mas eles não têm um papel estrutural na produção, e suas tentativas de exercer formas de controle direto sobre ela, embora documentadas (de fato, bastante bem documentadas, já que nossos registros tendem a ser obra dos senhores), raramente duraram muito tempo. Eles, assim, não são apenas externos como exploradores, mas também, na maior parte, o são de forma muito visível – ao contrário do capitalismo, onde os capitalistas dominam diretamente o processo de trabalho, e a exploração envolvida é ocultada pela natureza aparentemente livre do contrato de trabalho assalariado. Esses poderes externos, que estou chamando genericamente de “senhores”, podem ser senhorios que extraem renda, ou Estados e outras

¹¹ Destaco aqui as relações de produção feudais; eu não vejo a outra parte da diáde marxista, tecnologia e conhecimento produtivo (as “forças produtivas”), como determinante aqui. Veja Wickham (2008). Na realidade, no entanto, a tecnologia agrária medieval muitas vezes foi subestimada: veja, por exemplo, Epstein (2000, p. 38-49); Campbell (1995); Myrdal e Sapoznik (2017). Para estereótipos de gênero, veja, por exemplo, Cluny (2009); Herlihy (1990); Bozhong (1998, p. 143).

¹² A violência efetiva durante a cobrança de renda é menos bem documentada; a renda era relativamente rotineira e, se costumeira, relativamente aceita pelos camponeses – o ponto será desenvolvido posteriormente. (A cobrança de tributos tinha muito mais um aspecto violento em muitas sociedades, precisamente porque era menos aceita). Mas havia uma ameaça mesmo assim, e o potencial para a violência senhorial era, em geral, muito visível, mesmo que apenas porque era frequentemente utilizada (e muitas vezes às custas dos camponeses) em conflitos com outros senhores.

¹³ Há nuances aqui; havia algumas forças de mercado relevantes, como a escassez de arrendatários após a Peste Negra. Além disso, mesmo na Idade Média, poderia haver mercados de arrendamento, ligados aos mercados de terras, que eram bastante estáveis – como exemplo, de Lucca no século XII, veja Esch (1974); van Bavel (2016), tem outros, especialmente em p. 157-159, para os Países Baixos tardo-medievais. Mas coerção e resistência estavam por trás da definição dos níveis de renda em primeiro lugar, dadas as diferenças de poder entre senhorios e arrendatários e, com algumas exceções, a relativa falta de mobilidade das famílias camponesas. Isso era verdade mesmo em torno de Lucca, onde o poder senhorial era, na realidade, relativamente restrito: Wickham (1998, p. 21-28). Na maioria dos ambientes feudais, além disso, os mercados de arrendamento mal existiam; e os mercados de terras, embora mais bem documentados, tendiam a funcionar de maneira diferente em contextos feudais, dada a estreita relação entre obtenção de terras e obtenção de poder – veja Feller e Wickham (2006). Agradeço a Kevin O'Rourke por me obrigar a esclarecer minhas ideias aqui.

potências políticas que exigem taxas ou tributos, ou ambos. No período medieval, a renda, e até mesmo as taxas, podiam ser pagas em trabalho, na terra diretamente cultivada pelo senhor (o “domínio”) ou em estradas públicas, fortificações ou diques; podiam ser pagas também em gênero (o padrão predefinido em todas as sociedades); mas, apenas se a troca fosse suficientemente desenvolvida, seria em dinheiro, pois os camponeses teriam que ser capazes de vender produtos de forma sistemática para obter as moedas necessárias para tanto. As trocas poderiam, de fato, ser altamente desenvolvidas, e os camponeses poderiam produzir substancialmente para o mercado, mas precisavam garantir suas necessidades de subsistência primeiro. O cultivo comercial puro, em que os camponeses produzem apenas para vender e precisam comprar alimentos, era quase desconhecido sob o feudalismo, e de fato era raro até o século XX, mesmo sob o capitalismo. (O cultivo comercial parcial era, em contraste, frequente, quando os senhores o exigiam e/ou os mercados o tornavam vantajoso, mas isso era adicional às necessidades de subsistência, não um substituto).¹⁴ Esses são padrões que podem ser amplamente encontrados na história da Eurásia, desde muito antes do Império Romano até o presente, e se estendendo a grande parte da África subsaariana e do Novo Mundo, embora nenhum destes últimos tenha tido muitos senhores no sentido estrito antes da chegada dos europeus.

É por isso que nunca tive dificuldade em ver o feudalismo como um sistema mundial. Em 100 d.C., por exemplo, o núcleo do sistema era o mesmo desde a Gália Romana à China Han, assim como também o era durante a maior parte da história pós-Romana e pós-Han. A versão desse sistema baseada em servidão e prestação de trabalho, bem conhecida pelos medievalistas ocidentais e considerada por muitos desses historiadores (assim como por Marx) como a economia feudal, era apenas uma de suas variantes. E, de fato, havia muitas variantes, mesmo na Idade Média. Propriedades rurais poderiam ter arrendatários que pagavam renda, trabalho compulsório e trabalho assalariado ao mesmo tempo, ou alternar entre eles; embora o trabalho assalariado seja, por excelência, parte do capitalismo como sistema, ele teve muitos antecedentes nas economias feudais, certamente na produção artesanal nas cidades, mas também na sociedade rural, como uma forma minoritária de exploração, muitas vezes sazonal.¹⁵ As formas como a renda e seus análogos eram apresentados e justificados

¹⁴ Veja Wickham (2008) para mais discussões; algumas das frases usadas aqui são retiradas desse artigo (aquele é um contraponto a este, abordando pontos ligeiramente diferentes, embora seja mais preliminar). Compare também Marx (1981), *O capital*, livro III, capítulo 47, sobre formas de renda pré-capitalistas.

¹⁵ Veja, por exemplo, Wickham (2005, p. 259-302; p. 535-536). Para o mundo não europeu, por exemplo, Wickham (1994, p. 43-75); Wickham (2018), capítulo 7. O feudalismo em nível global (aqui chamado de “modo tributário”, um termo alternativo e igualmente válido) é mais bem discutido por Haldon (1993). Eu descrevi às vezes de maneira muito resumida o modo feudal como simplesmente constituído pela cobrança de renda; Banaji (2010, p. 2-3), está certo em criticar isso – é preciso entender o sistema como um todo e reconhecer que cada modo usa uma variedade de formas de trabalho, ponto que Banaji traz ao longo de seu livro. O cultivo direto através do trabalho escravo, em si um modo de produção diferente, também foi na Idade Média dominado pela estrutura de cobrança de renda, como em algumas propriedades carolíngias. Veja a nota 46 abaixo; e veremos amplas referências a salários em formações feudais mais tarde. Mas resisto à afirmação correspondente de Banaji (2010, p. 198-203; veja também p. 74 e p. 145-147), de que algumas propriedades camponesas eram tão circunscritas pelos senhores, e tão difíceis de sobreviver a partir delas, que realmente constituíam um “salário em terra” e podem,

também variavam muito. Os senhores, sendo altamente visíveis como exploradores, precisavam justificar seus direitos auto reivindicados para obter excedentes; eles corriam o risco de enfrentar resistência se não o fizessem, e, embora tivessem superioridade em armamento, eram imensamente superados em número pelos camponeses. Parte dessa justificativa se dava em termos de direitos de propriedade, pois, mesmo que os camponeses possuísem a terra, eles nem sempre – geralmente não – tinham plenos direitos sobre ela. Parte derivava de alegações de que uma proporção de camponeses tinha uma condição intrinsecamente subalterna, então, como pessoas não livres, estavam sujeitos ao controle direto dos senhores; estes extraíam encargos “servis”, que na prática eram simplesmente rendas mais pesadas, serviços e outros tributos (o inglês infelizmente carece da útil palavra francesa *prélèvement*, que abrange todas essas cobranças). Intimamente relacionado a isso, pelo menos no caso específico da Europa Ocidental, estavam os encargos “senhoriais” similares exigidos por muitos senhores como poderes políticos locais, justificados por alegações de proteção e justiça senhoriais em esfera local; essas eram às vezes direitos públicos concedidos a eles, com os senhores assumindo o papel local do Estado, mas eles também estavam muitas vezes em concorrência com a taxa ou cobrança de tributos dos governantes.¹⁶ Impostos e tributos, de forma ampla em toda a Eurásia, eram cobrados por reis, imperadores, califas, sultões – ou, às vezes, uma cidade-estado local – como uma forma de superseñhor, derivada de seus próprios direitos políticos de comando e dominação, em troca, mais uma vez, de proteção e justiça. Na Europa, podemos adicionar igrejas, que desenvolveram sua própria forma de semitributação, o dízimo, sobre suas propriedades, para financiar suas atividades.¹⁷ Algumas infelizes comunidades camponesas deviam encargos de todos esses tipos ao mesmo tempo.

Estou apenas listando aqui; para ser mais sistemático, teria que desmembrar todas as diferentes formas que assumiram, separadamente e (muitas vezes) em conjunto, em cem ou mais sociedades diferentes. Cada uma variava muito em escala também; a tributação poderia ser a principal forma de extração de excedente, ou, em outros casos, quase invisível quando comparada com a renda. É também importante reconhecer que, de todas essas formas de extração de excedente, a tributação era, em geral e de longe, a mais eficiente (mesmo quando não a mais pesada), e que Estados baseados em um sistema eficaz de tributação tinham uma estrutura política totalmente diferente, e muito mais estabilidade e poder, do que os reinos ou senhorios de qualquer rei ou senhor cuja riqueza derivasse principalmente das rendas sobre propriedades. Este é um tópico que discuti extensamente em outro lugar, na verdade;¹⁸ mas não é o foco deste artigo. Nem é a mudança política de forma geral, que antes de 1800 se alinhava mais com mudanças no equilíbrio nos diferentes tipos feudais de extração de excedente do que com sua lógica subjacente. Aqui, ao contrário, é simplesmente necessário enfatizar que todas essas formas institucionais separadas, cada uma com sua própria história e padrões de desenvolvimento – e cada uma também com seus próprios estudos intensivos para a maior parte da Eurásia – tinham, em um aspecto, a mesma essência e propósito, ou seja, justificar a apropriação do excedente agrícola e

assim, ser assimiladas ao trabalho assalariado; a meu ver, a maioria desses exemplos ainda era de cultivo camponês de subsistência.

¹⁶ Existem convenientes levantamentos coletivos dessa variedade em Bourin e Sopena (2004).

¹⁷ Para o dízimo, veja, por exemplo, Lauwers (2012); para a tributação, consulte a nota 56 abaixo.

¹⁸ Entre outros, Wickham (2005, p. 56-150).

outros excedentes dos camponeses, que podiam ver muito bem que foram produzidos por eles mesmos. Os camponeses eram, às vezes, convencidos; curiosamente, considerando contra o que se revoltavam (o que faziam com mais frequência do que os historiadores tendem a afirmar, pelo menos em alguns períodos e regiões), eles eram convencidos com mais frequência pelas reivindicações de direito sobre as terras pelos proprietários e, menos frequentemente, por justificativas para taxaço e limitaço da liberdade, com direitos senhoriais e dízimo no meio.¹⁹ Mas eles eram ao menos quase-convencidos, sobretudo se as obrigaçoões fossem sancionadas e – crucialmente – estabilizadas pelo costume, o que significava que sabiam onde estavam e podiam fazer seus próprios cálculos futuros. Renda e tributo às vezes eram difíceis de distinguir; mas quando o eram, eram apenas formas institucionais separadas e também formas ideológicas separadas, da mesma relação de extraço de excedente: camponeses tendo que entregar seus produtos aos senhores, com a ameaça implícita de força.

Este era, então, o cerne da relação social e econômica feudal e, para meus propósitos aqui, também medieval. Em termos simples, todo o restante da sociedade – todas as partes do mundo medieval em que as pessoas tendem a pensar em primeiro lugar – estava baseado nisso: cortes reais e seus requintes, edifícios ambiciosos, literatura, arte e música, direito, madraças e universidades, exércitos, e também toda a agitação da atividade comercial nas economias regionais dinâmicas listadas no início deste artigo, pelo menos na medida em que esse comércio era direcionado ao poder de compra dos senhores e seus séquitos, o que era em grande parte. Tudo isso era pago forçando os camponeses a entregar sua produção. Por esse motivo, muitas vezes resisti à ideia de “desenvolvimento” econômico como um conceito positivo visto de forma simplista ao discutir o mundo medieval (e também a maior parte do mundo antigo e moderno); uma vez que, em grande medida, isso significa simplesmente que senhores estavam obtendo mais dos camponeses para que pudessem gastar em si mesmos de maneiras mais complexas.²⁰ Todos nós sabemos disso, na verdade; até mesmo políticos sabem, que é uma das principais razões pelas quais “feudal” de modo algum é uma palavra positiva no discurso político, mesmo entre a maior parte da extrema direita, e, de fato, não tem sido desde que foi popularizada por Montesquieu nos anos 1740. Mas tendemos a esquecer isto na prática, quando celebramos qualquer aspecto da cultura e sociedade medieval que mais nos atrai. Tudo isso é, de qualquer forma, o que historiadores como Rodney Hilton queriam dizer quando afirmavam que o “motor principal” básico do feudalismo era a luta de classes sobre, precisamente, essas rendas e tributos.²¹

¹⁹ Consulte Firnhaber-Baker e Schoenaers (2017) para trabalhos recentes; Cohn (2006) para a frequência de revoltas europeias.

²⁰ Isso deixa de lado o desenvolvimento econômico urbano, que de fato – como era geralmente impulsionado pelo aumento na produção artesanal – realmente contribuía para a prosperidade geral das economias regionais, e os camponeses também se beneficiavam disso; isso será discutido mais adiante, com referência à Itália. Mas veremos também que mesmo esse desenvolvimento permaneceu parte de um sistema econômico feudal; a lógica não mudou, exceto em setores relativamente restritos.

²¹ Montesquieu estava pensando inicialmente em feudos e vassallos, a vertente da categorização feudal não discutida aqui (ver nota 1 acima), mas automaticamente estendeu isso (por exemplo, *De l'esprit des lois*, livro XXX, capítulo 20) aos direitos senhoriais de justiça, ou seja, parte das taxas “feudais” abolidas pela Assembleia Nacional em 1790. Para Montesquieu e seus

Isso está claro, então; mas o que é um pouco menos claro é como os resultados disso funcionavam. Como exatamente a “luta pela renda” sustentava o restante da economia, incluindo a economia comercial, e sua lógica interna? Aqui, não somos ajudados por grande parte da historiografia. A história econômica europeia moderna tende, ainda hoje, a ver as economias pré-capitalistas (ou pré-industriais, ou simplesmente “pré-modernas”) como essencialmente primitivas, “atrasadas”, como são às vezes descritas, incapazes de aproveitar os avanços tecnológicos que se apresentaram; ou então – ou, inclusive, também –, simplesmente como sociedades potencialmente modernas, regidas por regras econômicas modernas, mas apenas minadas ou bloqueadas por falhas institucionais, ou por vezes favorecidas por suas eficiências, como na Nova História Econômica Institucional.²² Diferentes regiões ganham estrelinhas por se parecerem mais com sociedades modernas; as economias ativas na lista com a qual comecei são vistas como passando o bastão uma para a outra, até que finalmente chegamos à sua terra natal, a Inglaterra do século XVII ou XVIII, pronta para o nascimento da sociedade industrial. Há trabalhos mais ponderados, é claro, mas não estou exagerando que esta seja uma tendência geral; isso explica, entre outras coisas, o fervor com que os historiadores econômicos da Inglaterra reagiram inicialmente aos argumentos de Kenneth Pomeranz de que a região do Delta do Yangtzé, no Leste da China, tinha uma economia tão complexa quanto a da Inglaterra até o século XVIII, pois discussões incomumente acaloradas sempre indicam pressupostos ocultos, mas ideologicamente cruciais, das microcomunidades de historiadores – na terminologia de Jacques Derrida, elas iluminam as aporias não reconhecidas nas metanarrativas.²³ Eu acrescentaria, como exemplo de incompreensão geral, a tendência de muitos historiadores econômicos, até mesmo dos bons, de “explicar” a singularidade da Inglaterra moderna (somada à Holanda) mostrando que os índices salariais documentados nesses países eram muito mais altos que no Sul da Europa, sem mencionar a Ásia, ou mesmo o Império Romano: negligenciando o fato de que os camponeses, em realidade, não recebiam salários e que a proporção de trabalhadores assalariados na China moderna, o principal comparativo asiático, era apenas cerca de 10%.²⁴

predecessores, veja Wood (2013, p. 19-41). Para a luta de classes sobre renda, uma formulação clássica é a de Hilton (1978a, p. 9-29; p. 109-117); veja também, mais recentemente, Haldon (2013).

²² Uma análise importante da Nova Economia Institucional sobre o comércio medieval é encontrada em Greif (2006); algumas de suas afirmações empíricas específicas são efetivamente contestadas em Goldberg (2012, p. 41-42; p. 148-149; p. 155-156; p. 357-358). Ogilvie (2007) critica abordagens da Nova Economia Institucional – de dentro do mesmo campo, mas, convincentemente, enfatizando o papel considerável das instituições na coerção econômica. Existem outras abordagens teóricas modernas centradas na Idade Média, mas para mim elas têm ainda menos aderência.

²³ Veja Pomeranz (2000); e os debates no *Journal of Asian Studies*, lxi (2002), lxii (2003). Veja ainda as análises das próximas etapas do debate em Vries (2010), e especialmente Ghosh (2015), que analisa algumas das grandes contribuições recentes. O debate agora está mais calmo, com mais concordância de que o Yangtzé – e agora, partes da Índia (veja a nota 2 acima) – e a Inglaterra eram semelhantes até pelo menos 1700.

²⁴ Veja, por exemplo, Allen (2009, p. 33-48; p. 112-130); Allen (2001); Allen (2005); Allen (2009) – o paralelo menos útil, mas o artigo é em grande parte um *jeu d'esprit*; Broadberry e Gupta (2006). Allen é associado, acima de tudo, a essa abordagem, como é evidente; mas, inversamente, ele tem experiência direta da pesquisa de que os camponeses estavam

Quanto à história econômica medieval europeia tradicional, tanto marxista quanto não marxista, ela foi dificilmente mais útil por muito tempo. Até a década de 1970, ela operava com a suposição geral de que os senhores tiravam todo o excedente disponível dos camponeses, deixando-lhes pouco a mais para fazer qualquer outra coisa – exceto na medida em que os camponeses precisavam ter acesso a mercados até o século XII em grande parte da Europa, pela simples razão de que cada vez mais precisavam pagar a renda em dinheiro, que não poderiam obter de outra forma. Como os camponeses de Cliviano, nos Apeninos da Itália central, disseram pouco antes de 1100, *seniores tollunt omnia* – “os senhores tomam tudo”.²⁵ Portanto, qualquer demanda por mercadorias que pudesse se desenvolver em um setor de trocas complexo e dinâmico, como o de Flandres ou da Itália no século XIII, teria que partir dos senhores. Isso, de forma geral, está errado. Claro, muitas vezes poderia ser verdade; havia muitos regimes agrários altamente opressores; e mesmo quando não havia, a demanda aristocrática muitas vezes podia determinar a escala da troca em si, como na maior parte da Alta Idade Média europeia, um ponto ao qual voltarei. Mas a última geração de pesquisas deixou claro que, em muitos ambientes, os camponeses rotineiramente tinham uma quantidade razoável de excedentes disponíveis – ou pelo menos os mais ricos entre eles tinham, e pelo menos nos anos em que as safras eram suficientemente boas – que eram comercializados onde quer que houvesse mercados que lhes permitissem isso. Desde o milênio, a teoria da comercialização teve um impacto considerável na história econômica da Baixa Idade Média da Inglaterra, em particular, embora a Inglaterra estivesse longe de ser a economia europeia mais complexa neste período. Bruce Campbell mostrou como as rendas no século XIII eram muito mais baixas do que poderiam ter sido, dando a muitos camponeses uma considerável flexibilidade ao decidir o que fazer com os excedentes; Christopher Dyer e Jane Whittle destacaram o fato de que os ciclos de vida dos camponeses permitiam um uso considerável do trabalho assalariado, especialmente entre filhos e filhas jovens que ainda não haviam herdado fazendas e se casado; e Richard Britnell mostrou que havia centenas de mercados rurais, aumentando em número a cada século, mas com uma curva acentuada de crescimento no século XIII, nos quais os camponeses rotineiramente não apenas vendiam produtos por dinheiro para pagar as rendas, mas também compravam bens artesanais, ferragem

geralmente fora da economia salarial, como mostrado em Allen (1992), um trabalho importante, e ele próprio reconheceu a questão de que os salários não são um bom indicador em Allen (2009), que para mim é o verdadeiro ponto de partida. Ghosh (2015, p. 28-29), faz afirmações similares. Malanima (2009) discute a produtividade agrícola como um todo, mas presta surpreendentemente pouca atenção à renda e outras formas de expropriação de excedentes; seus cálculos dos entraves na economia agrícola “pré-moderna”, especialmente em (*ibidem*, p. 129-157; p. 353-381), concentram-se quase que exclusivamente na demografia e produtividade por pessoa, com proprietários de terras ou Estados quase não aparecendo (inclusive, sua caracterização da subsistência camponesa afirma que se refere a “em termos modernos... um tipo de salário”, p. 113). Para a estimativa aproximada de 10% para a China, veja, por exemplo, Pomeranz (2011, p. 190-191).

²⁵ Veja, como extremos do argumento, mas concordando com isso, Postan (1966), por exemplo nas páginas (p. 602-604); Brenner (1985), por exemplo nas páginas (p. 33-34). Quanto à citação, Giorgi e Balzani (1879-1919); este texto muito citado é mais bem caracterizado em Fiore (2017, p. 60).

e, cada vez mais, tecidos.²⁶ Essa conjuntura inglesa, mostrando uma participação camponesa considerável no mercado, pode ser muito facilmente generalizada para outras partes da Europa medieval e, de fato, da Eurásia, como veremos daqui a pouco.

Antes de desenvolver este último ponto, algumas distinções precisam ser feitas. Podemos observar, especialmente na Europa medieval e moderna, três formas amplas de interseção entre economia feudal e troca comercial. No início da Idade Média, e por um tempo ainda mais longo em grande parte da Europa oriental e setentrional, quanto menos poderosos eram os senhores em uma determinada região, menos trocas tendiam a ocorrer: uma afirmação respaldada consistentemente pela arqueologia em todo o continente. De fato, em muitas partes da Europa, os camponeses eram suficientemente independentes e as relações feudais ainda não tinham sido totalmente impostas; uma vez que os camponeses deixados inteiramente por própria conta tendem a consumir a maior parte de seu excedente, não havia acumulação suficiente de bens para vender ou comprar em grande escala. Ou seja, não havia uma rede de trocas densa o suficiente para que as sociedades camponesas autônomas tivessem muito acesso a um mercado, quer tivessem excedente suficiente para vender ou não; em contraste, a maioria da demanda por artigos artesanais e alimentícios não locais vinha dos senhores e seu séquito. Portanto, os padrões básicos de troca eram limitados, com poucas conexões inter-regionais, exceto em áreas onde sabemos que os senhores eram fortes e o modo feudal estava mais completamente estabelecido, como, sobretudo, no núcleo político do Norte da França. As áreas do mundo na Alta Idade Média onde as trocas eram mais complexas ficavam fora da Europa: em regiões islâmicas como Egito e Síria, que mantiveram um padrão de tributação e posse de terras em grande parte inalterado desde o período romano, e em algumas regiões do Leste asiático, particularmente na China; em cada um desses lugares, os padrões de extração de excedente, acumulação e comercialização remontavam muito mais no tempo.²⁷

A segunda forma desenvolveu-se na Europa ocidental, em grande parte com a “revolução senhorial” do século XI, embora tenha sido correspondida por um desenvolvimento paralelo em bases bastante diferentes no Império Bizantino; ambos começaram lentamente a desenvolver pela primeira vez uma economia tão complexa quanto a de seus vizinhos islâmicos.²⁸ Na Europa ocidental, em particular, a dominação econômica aristocrática sobre essencialmente todos os grupos sociais estabeleceu-se plenamente neste período, o que significa que houve mais exploração senhorial, e assim excedente, e assim demanda. A troca comercial urbana e de mercado desenvolveu-se como resultado disso, ainda mais porque esse processo coincidiu com um período de expansão demográfica e agrária; e os camponeses, quando tinham mercadorias para vender, encontravam cada vez mais facilidade em achar saídas para tanto. Isso foi uma forma de feudalismo em que a demanda camponesa poderia ainda assim aumentar, por razões que abordaremos mais tarde; em algumas circunstâncias, como em muitas das economias particularmente dinâmicas listadas no início, poderia igualar ou superar a demanda senhorial em quantidade, mesmo que esta tendesse a

²⁶ Campbell (2005); Dyer (2005), especialmente nas páginas (p. 211-232); Whittle (2000, p. 225-304); Britnell (1996), com os mapas em Britnell (2004, p. 162-165). Para mais informações, para uma comparação entre Inglaterra e Alemanha, veja Ghosh (2016).

²⁷ Veja, para tudo isso, Wickham (2005, capítulos 6, 9 e 11).

²⁸ Quanto a Bizâncio, consulte Laiou e Morrisson (2007), especialmente nas páginas (p. 90-165).

continuar a estruturar a troca comercial, considerada como um todo. Há um paradoxo aqui: que um maior vigor na demanda aristocrática levou a contextos econômicos nos quais os camponeses tinham mais acesso à troca que em períodos em que eram mais autônomos. Mas a constância na demanda senhorial, agora que os senhores eram claramente dominantes e, portanto, ricos em áreas extensas, possibilitou uma rede de trocas na qual os camponeses também podiam participar – embora a lógica do sistema, como veremos, não tenha se alterado em si mesma. Esta foi a forma mais comum, pelo menos ao longo da Eurásia medieval, que o modo feudal assumiu, uma vez que os Estados que cobravam tributos que se estendiam de al-Andalus no Oeste, passando pelo Oriente Médio Bizantino e Islâmico, até a Índia e a China, criaram classes dominantes subsidiadas pela taxaço (e, muitas vezes, também por renda), cuja demanda era pelo menos tão constante quanto a da Europa Latina após 1100, e geralmente muito mais constante. Esta economia altamente funcional, mas também altamente equilibrada, será, como já afirmado, meu foco principal pelo resto deste artigo, pois é através de suas complexidades que podemos melhor identificar qual era realmente a lógica do sistema.

A terceira forma era uma em que o trabalho assalariado no campo, na agricultura e nas atividades artesanais rurais (desenvolvendo-se em protoindústria), estava cada vez mais presente. Isso foi característico de grande parte do Noroeste da Europa tardo e pós-medieval e, de fato, em algumas áreas em 1600 ou até antes (partes da Alemanha, Países Baixos e Inglaterra), o trabalho assalariado igualava ou ultrapassava a agricultura de subsistência camponesa e o pagamento de renda como a forma mais comum de relações sociais rurais; as trocas, como resultado, tornaram-se ainda mais importantes como um elemento básico da economia.²⁹ Voltarei brevemente a isso mais tarde, pois suas implicações para o funcionamento da economia são importantes; mas não será analisado plenamente, já que este artigo se concentra sobretudo na Idade Média.

II

O reconhecimento recente de que a demanda camponesa e o acesso ao mercado eram importantes para a maioria das versões da economia feudal abriram o campo, tornando possível explicar mais facilmente o conjunto de economias complexas listadas no início. A seguir, pretendo desenvolver as implicações disso com alguns exemplos concretos; e depois, na última seção do artigo, voltar à lógica econômica que os fundamentou. Começo com exemplos de uma base de fontes menos distorcida pela parcialidade da documentação em favor dos poderosos, ou seja, a arqueologia. A disponibilidade de produtos artesanais produzidos em massa, especialmente cerâmicas, em áreas camponesas é visível em prospecções arqueológicas de campo e escavações de assentamentos em uma variedade de lugares. Na África do Norte dos séculos IV e V, por exemplo (essencialmente a Tunísia moderna), cerâmicas de mesa de *terra sigillata* de boa qualidade, geralmente de fornos locais, são encontradas em praticamente to-

²⁹ Consulte as notas 24 e 48, para as contribuições de Dyer, Whittle, van Bavel e Ghosh sobre esse tópico, e a nota 47 para protoindústria; cada um, especialmente Ghosh, possui uma bibliografia substancial.

dos os sítios arqueológicos, grandes ou pequenos. Neste caso, produções que já existiam há muito tempo tornaram-se disponíveis para os camponeses, e não eram apenas, como anteriormente, destinados para exportação como utensílios finos produzidos em massa; assim, dado que os produtos já estavam lá, é um novo período de relativa prosperidade camponesa e poder de compra que podemos observar no final da África romana.³⁰ Em outros lugares, produção e consumo desenvolveram-se lado a lado. Na Grécia bizantina central e meridional do século XII, um denso conjunto de prospecções mostra pela primeira vez a ampla disponibilidade, tanto em aldeias quanto em propriedades rurais isoladas, de cerâmicas vitrificadas policromadas e também ânforas de vinho, de centros de produção urbanos especializados como Chalkis e Corinto, que haviam se desenvolvido recentemente como grandes produtores; a cerâmica vitrificada não era barata, mas era claramente acessível para camponeses mais abastados, a partir do momento em que se tornou disponível. Na Grécia, onde a incidência de propriedade de terra aristocrática provavelmente era menor do que em grande parte da Europa Ocidental, esses camponeses talvez às vezes fossem proprietários de terras, embora ainda pagassem tributos substanciais ao Estado.³¹ Nas planícies da Inglaterra após 1200, onde, além de prospecções, aldeias medievais desertas tiveram inúmeras escavações, os modelos de Britnell são amplamente confirmados: cerâmica não local, algumas com vidrados simples, é uma descoberta normal, muitas vezes de várias fontes diferentes, juntamente com facas e algumas moedas, e, interessante, poucos pesos de tear em algumas áreas, indicando que os camponeses – aqui, muito raramente proprietários independentes – estavam comprando tecido de outros lugares em vez de fazê-los eles mesmos.³²

Podemos comparar esta situação com alguns casos baseados em documentos, do Egito e da China. O Egito do século XI é bem visto nas coleções de cartas sobreviventes na *geniza* de Fustāt (a *geniza* era o sótão de uma sinagoga cheio de papel descartado com coisas escritas, jogados fora por judeus que não destruiriam material escrito por motivos religiosos, neste caso após 1025 aproximadamente). Os grandes mercadores judeus em Fustāt, ancestral do Cairo moderno, compravam linho bruto do Sul da capital e o enviavam através do Nilo até o mar, para ser vendido a estabelecimentos de tecelagem de linho na Sicília e Tunísia; eles vendiam outras coisas também, mas isso era o cerne de suas atividades, e é intensamente bem documentado. Eles compravam linho de muitos lugares, mas sobretudo de Būṣīr, uma pequena cidade entreposto perto do Nilo, a 70 km ao sul de Fustāt, e consideravam o linho comprado lá como sendo, geralmente, da melhor qualidade, comandando os preços mais altos. Os mercadores iam regularmente aos mercados de Būṣīr; lá as regras para venda eram padronizadas e, por isso, embora os preços do linho fossem um pouco mais altos, não era necessário percorrer as aldeias e correr o risco de ser enganado pelos camponeses (que eram famosos entre a comunidade judaica por serem negociantes astutos). Uma rede de aldeias ao redor da cidade se especializou, assim, em linho, cujos camponeses vendiam para os mercadores locais de Būṣīr, que por sua vez vendiam para os mercadores

³⁰ Dossey (2010, p. 62-97); Hobson (2015, p. 141-142; p. 149-152).

³¹ Para as prospecções, veja, entre outros, Armstrong (1996, p. 353-368); Armstrong (2020); Vroom (2003, p. 133; p. 152-164; p. 192-193); Vionis (2008).

³² Veja, por exemplo, Hinton (2010); Dyer (2014, p. 13-14; p. 17-20); Orecchioni (2015), especialmente nas páginas (p. 346-370); ela compara essa situação com a da Toscana, em uma abordagem comparativa incomum neste campo.

de Fustât. Havia, portanto, um sistema comercial em vigor em Bûşîr que deve ter canalizado muito dinheiro para esta parte do vale do Nilo, pois a escala de compra de linho era muito grande; mas era um sistema largamente dependente das vendas camponesas, aparentemente feitas de forma autônoma (os camponeses egípcios pagavam altos tributos, e a coerção local como resultado não era insignificante, mas neste período muitos deles, como na Grécia, eram proprietários de suas próprias terras). Se houve em algum lugar da Europa e do Mediterrâneo medieval uma monocultura comercial, poderia muito bem ter sido em torno de Bûşîr no século XI; e parece ter sido praticada por camponeses independentes e, como resultado, presumivelmente muitas vezes prósperos.³³

Podemos, finalmente, observar algo semelhante na China tardomedieval. Aqui, nas regiões mais prósperas da costa Leste, Jiangnan no delta do Yangtzé e Fujian ao Sul, uma população camponesa substancialmente independente, facilmente autossuficiente em arroz, voltou-se cada vez mais após 1200 para a tecelagem de seda e, em seguida, para a de algodão também, vendendo seus tecidos por meio de intermediários em todo o Sul e centro do império. As amoreiras para a produção de seda e, em seguida, o algodão eram culturas comerciais (algum algodão era importado também), embora fosse adicional à produção local de arroz, exceto em algumas áreas especializadas, como Songjiang, perto de Xangai, onde por volta de 1500 a produção de algodão igualava facilmente o papel do linho em Bûşîr. Embora saibamos muito menos sobre o poder de compra dos camponeses daqui, deve ter sido considerável, levando-se em conta o que sabemos sobre a produção de tecidos; a fabricação local de cerâmica, pelo menos, era visivelmente feita em larga escala. Devem ter sido destinadas, até certo ponto, a um mercado rural de massa; uma vez que, em comparação com a importância dos artesãos rurais, os níveis de urbanização sempre foram baixos na China.³⁴

Portanto, o acesso dos camponeses aos mercados pode, de fato, ser substancial, e isso significa que pode ter havido uma complexidade de trocas muito maior em muitas sociedades medievais do que às vezes foi afirmado, já que os camponeses eram uma grande maioria dos habitantes da Eurásia em todos os períodos. Vou desenvolver isso por meio de um exemplo mais longo, de uma das economias particularmente dinâmicas listadas no início – o Centro-Norte da Itália do século XIII ao XVI, particular-

³³ Veja Udovitch (1999); Goldberg (2012, p. 101-104); Gil (2004). Para mercadores comprando de camponeses, veja especialmente (cito do banco de dados do Princeton Geniza Project, disponível em <<https://geniza.princeton.edu/pgp/pgpsearch>>) T-S NS 308.119, T-S 12.227, T-S 10J12.26, 8J22.10, Moss. II,188.1, T-S Ar. 51.87, ENA 4020.20, T-S 13J13.11, 10J20.12, 13J16.19, ENA 4020.43, T-S 8.255, ENA 1822a.67, T-S 12.793, 13J27.18, 8J7.21, ed. em Moshe Gil, *Be-malkhut Yishmaiel bi-tekufat ha-ge'onim* [In the Kingdom of Ishmael] (Jerusalém, 1997), nn. 191, 193, 253 [S135], 255 [S80], 256, 299, 468, 479 [S102], 491 [S101], 493 [S112], 504, 505, 515 [S107], 640, 643, 728. "S" aqui denota as traduções em Simonsohn (1997); para os outros, sou grato à ajuda de Maayan Ravid e Marina Rustow. Veja, agora, Bondioli (2020), quem, entre outras coisas, destaca e documenta os aspectos coercitivos do sistema tributário e a maneira como foi explorado através do crédito rural, no qual os mesmos mercadores se envolviam.

³⁴ Consulte Wickham (2018, p. 129-136), que fornece a bibliografia básica em inglês. Para o algodão, veja especialmente Zurndorfer (2011). A tributação também era relativamente baixa na China: veja a nota 56 abaixo.

mente as regiões da Lombardia e Toscana. Este exemplo mostra como podemos entender a estrutura interna de uma economia complexa ao longo do tempo e, em particular, como ela pode estar relacionada a uma lógica econômica feudal.

A documentação que temos para o Centro-Norte da Itália no século XIII mostra que suas cidades eram, em diversos casos, muito grandes para o período; nenhum outro lugar na Europa, exceto Flandres, tinha níveis de urbanização comparáveis aos italianos. Essas cidades eram grandes devido a concentrações substanciais de produção artesanal. O impulso produtivo da Itália não remontava muito no tempo, embora, quando começou, tenha sido rápido; pode ser datado majoritariamente da última metade do século XII em diante.³⁵ De qualquer forma, é somente após 1200 que temos sinais concomitantes em diversas fontes de atividade produtiva e comercial, em graus diversos, em duas dezenas de cidades. As cidades cada vez mais independentes da Vale do Pó tinham uma hierarquia de fato, com Milão no topo, as cidades portuárias de Gênova e Veneza a seguir, e os vizinhos e inimigos de Milão na Lombardia um pouco mais atrás. (A Toscana era mais equilibrada até aquele momento; Florença não se tornou o principal centro da região até o final do século XIII). Em todos os lugares, o crescimento urbano havia começado em meados do século XII, como mostram as novas e ampliadas muralhas das cidades e as elaboradas casas-torre aristocráticas que também aparecem.³⁶ Na nossa documentação, isso acompanha evidências de aumento de obrigações senhoriais sobre comunidades de camponeses após cerca de 1100,³⁷ portanto, é em parte apenas um sinal de maior exploração, dado que as elites eram acima de tudo urbanas; mas a expansão das próprias cidades mostra pessoas se mudando para trabalhar. Encontramos a fabricação de tecidos por toda parte no século XIII, com metal e couro em segundo e terceiro lugares; a maioria das cidades fabricava algum tecido, com suas especializações correspondentes, e algumas o faziam em uma escala enorme, especialmente Milão e, mais tarde, Florença. A lã era o principal tecido, como em outros lugares da Europa Latina, mas Milão e Cremona, entre outras, também fabricavam fustão, uma mistura de algodão e linho, que dependia de importações de algodão da Sicília e do Leste do Mediterrâneo. De fato, a expansão da produção de lã também foi suficientemente rápida para superar as crescentes especializações na ovinocultura italiana; as importações de lã via Gênova do que hoje é a Argélia e, mais tarde, de outros fornecedores em Castela e Inglaterra, tornaram-se normais.³⁸ Portanto, também, desde o início do século XIII, as importações de trigo da Sicília e de Puglia tornaram-se normais, pois algumas cidades do Norte da Itália se expandiram além da capacidade de fornecimento de suas regiões adjacentes.³⁹

A rápida expansão da produção dependia diretamente, portanto, de uma rede de trocas internacional. Exportações para toda a Europa e, especialmente, para o Mediterrâneo também eram normais e, dada a escala da produção e das importações, necessárias. As cidades italianas estavam inseridas numa teia de demanda internacional, competindo com os tecidos internacionais que também estavam sendo produzidos

³⁵ Wickham (2017); Wickham (2023, capítulo 6).

³⁶ Veja Hubert (2004); e, para torres, por exemplo, Redi (1991).

³⁷ Fiore (2017, p. 58-72).

³⁸ Para levantamentos recentes, veja Menant (2005, p. 267-289); Franceschi e Taddei (2012, p. 48-52; p. 71-87); para Milão, veja acima de tudo Grillo (2001, p. 209-234).

³⁹ Para a Sicília, veja Bresc (1986, p. 523-578); Epstein (1992, p. 270-284).

em Flandres. Embora quanto mais longe fosse a teia comercial, mais o tecido era visto como um produto relativamente luxuoso, havia ainda mais produção de tipos mais modestos para um mercado italiano também. O século XIII mostra a expansão de equipamentos urbanos, como esgotos e abastecimento de água – isto é uma preocupação com a saúde das populações urbanas, que custa dinheiro, e é assim um sinal não apenas da prosperidade das cidades, mas também de sua ambição. O crédito expandiu enormemente para se equiparar com essa hiperatividade econômica, não apenas via um sistema bancário em desenvolvimento; até o final do século XIII, os bancos florentinos e de outras cidades realizavam empréstimos, inclusive para reis.⁴⁰ O processo econômico subjacente ao crédito e sistema bancário era claramente capitalista, visto sob qualquer critério: dinheiro era emprestado para criar ou distribuir mercadorias, que por sua vez eram vendidas por mais dinheiro. E a luta de classes no contexto urbano era tarefa dos assalariados, às vezes contestando salários e condições de trabalho, ambos problemas que se parecem mais com relações de produção capitalistas do que feudais – embora isso tenha que ser matizado pelo reconhecimento de que muito mais revoltas urbanas na Itália se concentraram em direitos políticos, que eram menos sinalizadores de um sistema econômico novo.⁴¹

O que é mais importante para nós, no entanto, é a relação entre cidades e campo, onde, mesmo com a intensa urbanização da Itália, até três quartos da população ainda viviam. As cidades dependiam do campo para serem alimentadas, e esse processo, de forma alguma, era inteiramente dependente das rendas que iam para os proprietários urbanos. As cidades tinham que comprar comida também, sustentando assim estruturas de mercado complexas por toda a zona rural, que não eram todas dominadas por senhores, uma vez que a Itália tinha muitos proprietários entre o campesinato nesse período, que estavam, assim como no Egito e na China, felizes em produzir para venda também – venda de alimentos, mas também de produtos primários para artesãos, lã, linho e metal. Os camponeses compravam bens urbanos em troca; as produções urbanas de cerâmica, o melhor indicador arqueológico de troca, como vimos, alcançavam compradores camponeses na zona rural da Toscana de forma cada vez mais abrangente no século XIII; o que sem dúvida também era verdadeiro, e provavelmente ainda mais, para o tecido. O crédito não era apenas urbano; como Philippe Lefevre mostrou recentemente para o território de Florença, a existência de pequenos prestamistas rurais, camponeses ricos ou ferreiros locais, são bem documentados, alguns deles emprestando a mosteiros rurais – embora os proprietários rurais emprestando aos camponeses e líderes urbanos emprestando às comunas rurais fossem muito mais comuns, gerando relações de dívida que eram mais claramente um exercício de poder.⁴²

No entanto, é aqui que a dominação senhorial entra em cena. O quadro que temos nos relatos recentes da Inglaterra já mencionados – a Inglaterra sendo o ponto

⁴⁰ Sobre crédito, Menant (2005, p. 169-174; p. 299-312). Para empréstimos a reis, Fryde e Fryde (1963, p. 455-461); Saporì (1926, p. 50-86; p. 140-182; p. 204-206); com cautela em Hunt (1990). Para o papel de Florença, Poloni (2015, p. 184-190).

⁴¹ Veja Cohn (2006, p. 57-74; p. 208-220; p. 228-242). Para o capitalismo operando nesse contexto, veja Banaji (2020).

⁴² Lefevre (2022, p. 313-340). Para cerâmica, ver Grassi (2010, p. 21-56). Para formas mais potentes de dívida, ver Menant (1993, p. 301-306; p. 544-557).

de referência simplesmente porque tem a melhor história econômica medieval atualmente – é aquele em que os arrendatários camponeses dos séculos XII e XIII ganharam acesso ao mercado, lentamente. Eles o fizeram à medida que mercados agrícolas rurais se desenvolveram para ajudar a alimentar as cidades, o que também coincidia com a necessidade dos camponeses de vender mercadorias por dinheiro para pagar rendas em espécie; mas, então, produtos artesanais, feitos nos mercados das mesmas aldeias e cidades, continuamente começaram a ser produzidos em maior escala, portanto, mais baratos, e também eram comprados pelos camponeses. Na Itália, deve ter sido semelhante, embora os camponeses proprietários de terra fossem mais comuns no mesmo período, e os mais empreendedores entre eles parecem ter reagido bastante bem às novas oportunidades oferecidas pela demanda urbana, que era muito maior do que na Inglaterra. Mas os senhores também podiam reagir de forma efetiva. Proprietários de terras italianos focaram mais em rendas pagas em gênero e lucraram eles próprios cada vez mais com vendas urbanas, frequentemente excluindo os camponeses do mercado de grãos.⁴³ Cidadãos bem-sucedidos também compravam cada vez mais terras nas áreas rurais, frequentemente exigindo dívidas camponesas, e assim estendendo a propriedade urbana às custas de camponeses independentes; eles estavam usando seus rendimentos comerciais para se estabelecerem como parte do grupo social mais prestigioso, os grandes proprietários de terras, e alguns deles eventualmente abandonavam completamente o comércio e a produção urbana, e se voltavam apenas à posse de terras.⁴⁴

Adicione a isso, ao longo dos séculos XIII e XIV, o poder que as cidades tinham como órgãos dirigentes por direito próprio. Isso foi demonstrado pelo aumento do peso da tributação – as cidades Estado italianas tinham de longe o sistema fiscal mais desenvolvido na Europa Latina – e, em alguns lugares (mais na Toscana do que na Lombardia), por medidas para impedir qualquer indústria rural que pudesse competir com as das cidades. Era lógico para os grupos dominantes fazerem isso: aumentava e protegia seus recursos. Da mesma forma, era lógico para os senhores buscarem, bastante eficazmente, tomar dos camponeses o controle dos rendimentos dos mercados. Inversamente, esses desdobramentos diminuíram os recursos dos camponeses no campo e, portanto, também diminuíram a escala da demanda local que as cidades precisavam para qualquer produto que não fosse suficientemente luxuoso para ser vendido no exterior. E, assim, um sistema produtivo italiano que dependia mais das vendas no exterior era mais dependente da demanda das elites proprietárias de terras – além de estar mais exposto a mudanças nos padrões de comércio internacional, que eram frequentes. Na Lombardia, cujas cidades sobreviveram excepcionalmente bem às crises do período pós-Peste Negra, e onde os investimentos não eram apenas na indústria urbana, mas também na agricultura, por meio do estabelecimento de redes de canais, a hostilidade à indústria rural também foi menos bem-sucedida do que na Toscana. O resultado de tudo isso foi que, na Baixa Idade Média, as grandes cidades produtoras de tecido começaram a ter que competir com (mas também eram respaldadas por) uma vasta protoindustrialização nas cidades e aldeias menores da planície

⁴³ Consultar Kotel'nikova (1975, p. 26-93); Dameron (1991, p. 131-140). Para nuances importantes, ver Tabarrini (2023, p. 85-87; p. 95-108).

⁴⁴ Para a Toscana, ver Pinto (1982, p. 157-223).

setentrional do Pó.⁴⁵ Isso preservou e, de fato, ampliou a concorrência italiana no exterior e permitiu, pelo menos aqui, que tanto a produção para um mercado rural quanto a demanda rural em si permanecessem fortes.⁴⁶ Mesmo assim, o mercado rural como um todo, especialmente fora de Lombardia, não era grande o suficiente para permitir uma expansão maior da produção e comercialização; e após 1600, quando as exportações italianas de tecidos deixaram de poder competir com a ascensão da produção da Inglaterra, toda a economia comercial italiana contraiu em tamanho, até a industrialização muito diversa do século XX.⁴⁷

Esta história italiana já foi contada muitas vezes. Ela contém elementos sobre os quais nem todos concordariam: entre outros, exatamente quando e por que a produção artesanal fraquejou diante da concorrência internacional; exatamente quando e por que as elites mercantis se voltaram para a posse de terras; e quão importante no processo geral foi o fato de que as cidades não eram apenas centros de capital mercantil, mas também de governantes territoriais (as cidades lombardas do final da Idade Média, por exemplo, não conseguiram evitar a protoindústria rural precisamente porque não controlavam diretamente o Estado sob domínio dos duques de Milão, Visconti e Sforza). Mas isso não importa aqui; as linhas principais da história permanecem as mesmas; e, como mencionado anteriormente, foi vista, acima de tudo, da mesma forma que em outras regiões no final de períodos de uma particular complexidade comercial, como um “fracasso”. Mas precisamos perguntar: fracasso em quê, exatamente? O Centro-Norte da Itália interessou historiadores porque era muito proeminente em 1300, mas estava longe de ser a economia mais ativa da Europa em 1700. Mesmo assim, ninguém propõe que a Itália tenha estado, em nenhum momento desses séculos, à beira de uma transição para um capitalismo industrial plenamente desenvolvido. Nem estavam nenhuma das outras sociedades altamente comerciais da Europa medieval e início da Moderna. Em 1500, as partes mais economicamente complexas da Itália, especialmente Lombardia, pareciam muito em sua estrutura básica com o Sul da Alemanha e os Países Baixos no início da Idade Moderna, com agricultura para venda, grandes cidades e protoindústria rural, mas, mesmo que Lombardia tenha perdido alguma dessa complexidade depois, nem Alemanha nem Países Baixos foram rápidos em direção ao capitalismo industrial. O que cada um deles estava fazendo era flutuar, para cima e para baixo, em uma tabela de classificação de sistemas de alto desempenho prósperos e ativos, o que dava muito espaço para a comercialização de produtos e movimentação de mercadorias, mas que, mesmo assim, não os colocava à beira de mudanças significativas.

E por que *deveriam* estar? O ponto central, em todos esses casos, e em todos os outros que mencionei no início, é que a relação dominante de extração de excedente

⁴⁵ Para o período pós-Peste Negra, ver agora, especialmente, Grillo e Menant (2019). Para a indústria rural, ver Epstein (2000, p. 106-146); ver também Epstein (1991; 2006).

⁴⁶ Isso ocorreu de forma equiparada após 1450, novamente em especial na Lombardia, com o uso de trabalho assalariado rural, pela primeira vez em grande escala na Itália, em novas propriedades irrigadas focadas em vendas agrárias; esse trabalho assalariado rural sustentou ainda mais a demanda rural. Ver Chittolini (1978); Mauri (1985); sobre trabalho assalariado rural na Itália em geral, destacando sua raridade antes da Peste Negra e seu papel complementar mesmo depois, ver Panero (2006).

⁴⁷ Ver, sobretudo, Malanima (1998), que também destaca a reestruturação do final do século XVII.

ainda era de camponeses pagando rendas e tributos aos senhores, ou seja, o modo feudal. Como acabamos de ver em vários pontos, a história da expansão comercial da Itália foi constantemente afetada por mudanças nessa relação. A lógica dos senhores assumindo os rendimentos comerciais dos camponeses, por exemplo, era uma lógica feudal, parte do conflito perene entre as duas classes; assim como o aumento da tributação urbana. E a expansão mais ampla da produção artesanal urbana, baseada principalmente em trabalho assalariado, em tão grande escala na Itália até 1300 que é frequentemente chamada de industrial (embora tecnicamente não fosse; oficinas individuais permaneciam sendo a base, com pouca necessidade de altos níveis de investimento de capital), foi circunscrita pelo simples fato de que os camponeses podiam facilmente, como parte de suas estratégias de subsistência, fabricar eles próprios a maioria de seus artigos essenciais. Fora isso, eles só precisavam de especialistas locais em pequena escala, muitas vezes artesãos de meio período apoiados por uma propriedade camponesa, para ajudá-los com tecidos (quando não eram produzidos dentro das próprias casas), ferragem e cerâmica. Eles participavam com entusiasmo do mercado urbano para todos esses artigos quando se tornavam baratos o suficiente para comprar, é verdade, mas não precisavam rigorosamente deles, e a mercantilização urbana sempre tinha que lidar com a possibilidade de que os camponeses não comprariam nada, ou não o suficiente – o que foi uma das coisas que estava acontecendo no século XVII.

Isso era verdade em quase todos os lugares até pelo menos 1700. Como resultado, o mercado mais seguro para a produção urbana (fora das redes dos próprios produtores) permaneceu sendo aquele dos senhores e seus séquitos – ou seja, grupos sociais que viviam, direta ou indiretamente, do excedente obtido com a cobrança de renda. Uma das formas mais visíveis de relações capitalistas genuínas era o crédito mercantil em grande escala, sintetizada pelo sucesso e riqueza das grandes famílias banqueiras florentinas por volta de 1300; mas eles acabaram emprestando a reis, apesar do histórico alarmante que alguns reis tinham de inadimplência em empréstimos, porque as altas taxas de juros régias e outros favorecimentos políticos os encorajavam a assumir os riscos, para obter benefícios que substancialmente excediam aqueles derivados dos rendimentos das trocas e produção urbanas. Em outras palavras, a escala do capital havia aqui, temporariamente, superado as possibilidades de um sistema econômico feudal, mas ainda era dominada por esse sistema – pois financiar guerras régias era uma parte intrínseca dele.⁴⁸ Protoindústria, com seu setor rural assalariado, era mais um complemento à sobrevivência camponesa do que algo que minava o campesinato; agricultores à beira da indigência podiam usar salários de meio período, ou salários de um membro da família, para permitir que permanecessem na terra – uma

⁴⁸ Compare Marx (1973), *Grundrisse*, tradução por Nicolaus, (p. 106-108): “Em todas as formas de sociedade, há um tipo específico de produção que domina sobre o resto, cujas relações então estabelecem a posição e a influência das demais”. A consideração mais teorizada das estruturas de dominação de um modo sobre o outro permanece a de Althusser e Balibar (1970), tradução por Ben Brewster, por exemplo, nas páginas (p. 98-99; p. 181-193; p. 302-308). Não estou utilizando aqui a distinção entre “modo de produção” e “formação social” que foi desenvolvida como resultado disso, mas minhas discussões sobre a predominância de um único tipo de lógica econômica parecem se encaixar com essa distinção.

razão importante pela qual tão poucas regiões de protoindústria estavam entre as primeiras a se industrializarem completamente.⁴⁹ Mesmo os trabalhadores assalariados rurais, que foram bem estudados na Inglaterra, Alemanha e Países Baixos, mais do que na Itália (eles também eram mais comuns nesses países do que na Itália), na realidade ainda faziam parte do mundo camponês. Alguns eram, como mencionado anteriormente, simplesmente filhos adultos esperando para herdar uma parcela camponesa – eles podiam viajar bastante como trabalhadores, mas depois retornariam; alguns tinham a função estrutural de servos domésticos, que recebiam alimentação e alojamento enquanto trabalhavam e só eram pagos no final, e, portanto, eram parte da economia camponesa. Somente em áreas bastante pequenas, como Guelders a Leste de Amsterdã, vemos um percentual substancial de trabalhadores agrícolas assalariados completamente proletarizados antes de, mais uma vez, 1700 no mínimo.⁵⁰ Portanto, o que esses elementos dinâmicos nos mostram não é algo que não seja feudal, ou mesmo potencialmente não feudal, mas, em vez de isso, a forma mais complexa de relações feudais, uma em que a cobrança de renda permitiu o desenvolvimento de todos os tipos de estruturas sociais suplementarias – o que torna o trabalho de análise mais complexo, mas cuja documentação também, em alguns aspectos, facilita a compreensão de como uma lógica econômica feudal poderia ter funcionado.

III

O que me leva finalmente a alguns dos elementos dessa lógica. Isso está implícito no que acabou de ser discutido, mas seus elementos, mesmo que não sejam surpreendentes em si mesmos, precisam ser explorados mais a fundo. Grande parte do trabalho sobre isso tem se concentrado em ciclos de formação de preços, que vou deixar de lado aqui; é interessantemente complexo, mas foi adequadamente confrontado por outros, desde Ernest Labrousse passando por Witold Kula até Luciano Palermo.⁵¹ O mais importante, no entanto, foi a dinâmica estrutural a longo prazo das relações feudais de produção. Acredito que ocorreu da seguinte maneira. (Nesta seção final, eu uso exclusivamente exemplos europeus, pois os dados são melhores para a Europa,

⁴⁹ Para protoindustrialização, veja o clássico Kriedte, Medick e Schlumbohm (1981) e Ogilvie e Cerman (1996), bem como o estudo modelo de Ogilvie (1997).

⁵⁰ Ghosh (2016, p. 268-272; p. 279-280), destaca esse ponto muito bem. Para o trabalho assalariado na Inglaterra, veja a nota 24 acima, especialmente Whittle (2000, p. 225-304); os artigos em Whittle (2013); e, para van Bavel (2010), especialmente nas páginas (p. 205-213), com van Bavel (2006). Sobre a transformação para uma predominância de uma forma mais proletária de trabalho assalariado na agricultura inglesa no século XVIII, veja Allen (1992, p. 79-101). Shaw-Taylor (2012), situa essa mudança mais cedo do que Allen, mas, como o foco principal do artigo é nos anos 1850, não é plenamente convincente.

⁵¹ Labrousse (1933), especialmente nas páginas (p. 137-166; p. 357-364), sobre os ciclos de formação de preços do trigo; Kula (1976); Palermo (1997), um livro que, especialmente em (p. 85-160), vai além da formação de preços para oferecer seu próprio modelo econômico para a Idade Média, mas argumenta que a subsistência camponesa pode ser teoricamente reduzida a um salário, o que diminui a utilidade de seus modelos para os argumentos apresentados aqui. Veja também Demade (2004), especialmente nas páginas (p. 280-420), que discute e teoriza uma situação em que as exações senhoriais são grandemente aumentadas pelos senhores ao comprar grãos dos camponeses em momentos vantajosos do ano para vender nas cidades.

mas argumentaria que os padrões gerais descritos aqui seriam válidos para a maior parte da Eurásia). Os senhores eram em grande parte externos ao processo de produção, como vimos. A “luta pela renda”, no entanto, era em geral relativamente pacífica porque era estruturada por costumes. Isso não era imutável, mas os senhores nem sempre tinham os recursos locais necessários para ajustá-la eficazmente à medida que a economia mudava ou, em alguns casos, como Christopher Dyer mostrou para a Inglaterra, nem mesmo para policiá-la com sucesso. Ambos deram uma vantagem tática aos camponeses, que estavam ali em presença direta, enquanto os senhores, em sua maioria, não estavam. Para mim, este é o ponto chave. Como resultado – um argumento que Guy Bois deixou particularmente claro em seu trabalho sobre a Normandia tardomedieval – em períodos de expansão econômica, com a abertura de novas terras e melhores rendimentos, somados a inflação lenta (no caso de renda em dinheiro), o conjunto de rendas e tributos, mantido constante pelos costumes, tendia a diminuir firmemente em termos reais. Esta situação, quando a economia estava se expandindo, ainda produzia mais para os senhores, mas também dava aos camponeses mais excedente para comprar coisas ou se tornar pequenos empreendedores por conta própria; e não se revertia se e quando a economia se contraísse.⁵² Mantendo-se as variáveis, isso significa dizer que havia uma tendência secular para rendas e tributos mais baixos, com o equilíbrio favorecendo o campesinato.

Claro, os senhores poderiam romper com os costumes e aumentar a extração total de excedente pela força. Foi o que aconteceu quando senhores locais recém-fortalecidos na França, e depois na Itália e no Norte da Espanha, inicialmente, por volta do ano de 1000 ou mais tarde, impuseram por violência tributos senhoriais sobre bosques, moinhos, justiça, etc., além de pagamentos aleatórios em alguns casos.⁵³ O aumento da tributação régia na Europa ocidental baixo medieval é outro exemplo da imposição de níveis maiores de pagamento campesino. E o estabelecimento da “segunda servidão” sobre camponeses anteriormente livres no Leste da Europa no final da Idade Média, que afirmou novas formas de controle senhorial, completada pelo trabalho forçado em domínios, foi talvez o ato mais claro de violência.⁵⁴ Houve também muitos outros, com certeza. Mas, por mais numerosos que fossem, eram todos eventos isolados; e exigiam muito trabalho. Como os economistas diriam, esses aumentos eram resistentes (*sticky*). Na maior parte do tempo, os senhores não estavam *in loco*, e os camponeses sim; eles podiam corroer mais facilmente o peso das rendas e tributos mais costumeiros que eram devidos à medida que o ambiente econômico mudava. E a luta de classes poderia funcionar na outra direção também: por exemplo, quando os cam-

⁵² Dyer (2007); Bois (1984), especialmente nas páginas (p. 384-408). O argumento de Bois sobrevive às críticas de Brenner (1985, p. 231-232; p. 242-246). Mas veja a discussão das estratégias camponesas em Brenner (2007, p. 63-83); na minha opinião, este artigo subestima o poder de compra dos camponeses em muitos momentos da história europeia, mas as escolhas básicas disponíveis para os camponeses como classe são efetivamente apresentadas.

⁵³ A historiografia sobre isso é vasta e complexa demais para ser citada aqui; no entanto, uma descrição detalhada de muitos regimes senhoriais diferentes pode ser encontrada em Fossier (1982, p. 288-601). O equivalente na Inglaterra foi a imposição, por volta de 1200, de uma servidão mais generalizada, que teve o mesmo efeito: veja, por exemplo, Hilton (1965).

⁵⁴ Para uma análise atualizada da “segunda servidão”, Dygo (2005); para as consideráveis nuances agora necessárias para períodos posteriores, consulte a nota 57 abaixo.

poneses na França, Itália e Espanha conseguiram, durante o longo século XII, estabilizar os aspectos arbitrários dos tributos senhoriais e transformá-los em pagamentos padronizados, geralmente em dinheiro, que então novamente diminuíram constantemente como proporção do excedente total. A mesma coisa aconteceu com a resistência camponesa pós-Peste Negra, que levou ao desaparecimento dos últimos elementos de servidão em grande parte da Europa ocidental.⁵⁵ É por causa disso também que os camponeses muitas vezes tinham um maior excedente disponível na Idade Média Central e Baixa do que os historiadores costumavam pensar, pelo menos nos anos bons.

Uma vez que as relações feudais de produção, acima de tudo, direcionavam o excedente para os senhores, não é surpreendente que a maioria do comércio tenha sido estruturada *primeiro* pela demanda senhorial. De fato, como mencionado anteriormente, na Alta Idade Média, as diferentes intensidades de trocas são praticamente um indicador direto dos níveis distintos de dominação aristocrática.⁵⁶ No Oeste e no Sul da Europa, após a “revolução senhorial” do século XI, o primeiro dos principais períodos de aumento das exações mencionados anteriormente, a dominação senhorial sobre praticamente todos os grupos sociais se estabeleceu completamente, e a partir de então o comércio se desenvolveu constantemente em todos os lugares. Mas é também a partir desse momento que as formas como os camponeses poderiam usar sua vantagem tática se tornaram mais visíveis. Isso significa que temos um equilíbrio. Dada a dominação dos senhores, as economias urbanas se desenvolveram substancialmente em todos os lugares, sobretudo para atender à sua demanda. Mas, inversamente, foi também a partir daqui que a natureza costumeira e, portanto, o lento nível decrescente das exações começou a favorecer de forma estável os camponeses e o poder de compra camponês também; e, cada vez mais a partir de 1150 aproximadamente, a produção urbana (incluindo a de pequenas cidades) tinha um elemento camponês em sua base de demanda, como já vimos. Este foi o período medieval de expansão mais rápida em termos populacionais, agrícolas e de produção urbana. Tampouco a expansão na produção foi revertida.⁵⁷ Mantiveram-se, a partir de então, na maior parte da Europa, níveis consideráveis de produção, comercialização, especialização regional e troca internacional, com os pontos altos regionais que listei no início. E o contexto em que isso ocorreu foi a lógica econômica do feudalismo, baseada no fato de que a maioria camponesa era necessária ao processo básico de produção, e os senhores não; isso continuou a diminuir constantemente as rendas e tributos, exceto quando os senhores (e agora já os Estados) se empenhavam em aumentá-los, o que significava que os camponeses tendiam a manter sua participação nesse mundo comercializado.

Portanto, uma tendência geral da lógica econômica do feudalismo era estabelecer, eventualmente, sistemas de produção e troca razoavelmente eficientes, que em

⁵⁵ Para o século XII, Bourin e Sopena (2004, p. 161-309); para o período pós-Peste Negra, Brenner (1985) ainda se mantém como uma pesquisa comparativa válida.

⁵⁶ Consulte o texto da nota 25 acima.

⁵⁷ O possível período da armadilha malthusiana de superpopulação após cerca de 1290 tem sido alvo de críticas crescentes e, na medida em que ocorreu, foi dramaticamente invertido com a mortalidade da Peste Negra de 1347-1352. Veja agora, sobretudo para o Sul da Europa, Bourin, Menant e To Figueras (2014, p. 9-101), com uma importante revisão crítica do debate em língua inglesa na introdução dos editores; Grillo e Menant (2019); e Carocci (2018), igualmente crítico em relação a grande parte dos modelos recentes da história econômica.

alguns casos mostravam considerável dinamismo. O que aconteceria a seguir? Basicamente, havia duas direções. Uma era os senhores intervirem pela força, aumentarem as rendas, excluam os camponeses do sistema de trocas e apropriarem-se eles próprios dos rendimentos rurais. Isso, como vimos, demandava muito trabalho, mas certamente aconteceu; imagens de pobreza extrema não são incomuns na historiografia medieval das áreas rurais, como em períodos anteriores e posteriores também, e algumas delas são justificadas. O aumento da tributação não gerava sistematicamente essa situação, já que sistemas meticulosos de cobrança mal existiam na Europa neste período fora do Norte da Itália e do Império Otomano, ambos superando a China em seus detalhes – mesmo que a fiscalidade tardomedieval pudesse ser alta, o que geralmente, em toda a Eurásia, aumentava maciçamente a estabilidade e o poder do Estado, e que podia, certamente, retirar recursos consideráveis do campo para o benefício de grupos de elite.⁵⁸ E a “segunda servidão” do final da Idade Média e início da Idade Moderna no Leste da Europa – em uma região em que a comercialização, de qualquer forma, não foi ainda tão grande – significava que a grande expansão nas exportações de grãos, especialmente na Polônia no início da Idade Moderna, beneficiava principalmente os senhores e muito menos os camponeses. Isso certamente não contribuiu em nada para diminuir a força do sistema econômico feudal como um todo, e, de fato, Kula, cuja teoria de preços foi mencionada anteriormente de passagem, se baseou precisamente no exemplo polonês da Idade Moderna. Os camponeses do Centro-Leste da Europa tiveram que começar novamente a trabalhar para diminuir as exações senhoriais na prática. Mesmo assim, eles o fizeram com sucesso em muitos lugares; este tipo de economia de maneira alguma excluía sempre, ou permanentemente, os camponeses do mercado, como estudos recentes estão tornando cada vez mais claro.⁵⁹

Em partes da Europa em que isso não ocorreu, o que vemos, ao invés disso, é o papel contínuo do comércio para o campesinato que pagava renda, o que manteve, com altos e baixos, um acesso razoável aos excedentes e à compra nos mercados – pelo menos para as camadas camponesas mais prósperas e, pelo menos, em tempos de paz. Mas o que isso também significa é que não havia uma tendência sistêmica para a “empobrecimento” do campesinato, seu enfraquecimento estrutural e, eventualmente, sua perda de controle sobre a terra, o que também significa que não existia nenhuma tendência sistêmica além do fato de que os camponeses não precisavam comprar produtos para subsistir. Já caracterizei brevemente esse mundo, com camponeses mais ricos cultivando para produzir excedentes, camponeses mais pobres frequentemente mantidos vivos e na terra pelo trabalho em tempo parcial na protoindústria, e trabalhadores assalariados em sua maioria envolvidos nos ritmos de longa data da produção

⁵⁸ Para a tributação na Europa, consulte especialmente os dados em Bonney (1995; 1999); para a Itália, Ginatempo (2006, p. 241-194). Para levantamentos rurais e coleta de tributos menos sistemáticos na China do final da Idade Média e início da Idade Moderna, e também taxas tributárias relativamente mais baixas do que se poderia esperar, veja Huang (1998, p. 126-134).

⁵⁹ Kula (1976); contraste, por exemplo, Cerman (2012). Para entender como a resistência camponesa funcionava na prática em Brandemburgo, veja Hagen (2002), especialmente nas páginas (p. 524-592); Hagen (1985). Para a complexidade das diferentes regiões da Alemanha no início da Idade Moderna, em particular, com servidão, trabalho assalariado rural e mercados rurais operando lado a lado, consulte o levantamento em Ghosh (2016) e os ensaios em Freedman e Bourin (2005).

camponesa, frequentemente possuindo pequenos lotes de terra, mesmo que não o suficiente para viver, e/ou ser absorvidos nas economias familiares camponesas como servos rurais. Existe uma tendência implícita em grande parte dos trabalhos recentes para enfatizar a persistência do que eu chamaria de lógica feudal para a economia até depois de 1700, em todos os lugares, mesmo na Inglaterra, onde geralmente se supõe que tenha se desfeito primeiro.⁶⁰ E faz sentido que seja assim, dado que altos níveis de comercialização não minavam por si só essa lógica.

Há dois pontos-chave aqui, ambos fortalecendo essa persistência. Primeiro, a troca neste sistema tinha um duplo limite, uma vez que a demanda da elite, ou senhorial, o motor fundamental para a troca e capaz de um crescimento considerável, era sempre restrita pelo fato de que as elites eram uma pequena minoria; e a demanda camponesa era, dada a base de subsistência não mercantilizada dos camponeses, finita.⁶¹ Em segundo lugar, quanto mais sólida fosse a comercialização, em circunstâncias normais, menos provável seria que a maioria dos camponeses fosse forçada a deixar suas propriedades por motivos econômicos e potencialmente se proletarizar. Senhores podem, é claro, coagir camponeses a deixar suas propriedades em algumas circunstâncias, ou limitar coercitivamente os recursos econômicos dos camponeses, como nos movimentos de cercamento dos campos, mas estas são, como eu enfatizei, ações complexas e difíceis de realizar, exigindo muito trabalho específico. Na Inglaterra, isso de fato aconteceu afinal; ex-camponeses seriam assim compelidos a sair para Londres e as cidades industriais do Norte ou a se tornarem assalariados rurais desenraizados, totalmente dependentes do mercado. Evidentemente, no entanto, tal desenvolvimento não ocorreu em outros lugares, em geral antes de 1850, e, eu diria, isso se deve precisamente a essa solidez comercial tanto para camponeses quanto para senhores. Mas, inversamente, se a comercialização retrocedesse, como acontecia regularmente, enfraquecendo (embora raramente anulando completamente) o dinamismo de todas as regiões listadas no início deste artigo – o que poderia acontecer facilmente se a demanda senhorial caísse em momentos de dificuldades políticas, ou se houvesse muitos custos transacionais (como taxas senhoriais) associados aos mercados, ou se uma concorrência excessiva de outras regiões desestabilizasse o sistema, ou se os interesses de grupos urbanos minassem a protoindústria rural – o resultado não seria a proletarização tampouco, mas simplesmente um retorno a níveis mais elevados de produção camponesa para a subsistência.⁶² Em ambas direções, isto é, em circunstâncias normais, aumentaria, em vez de enfraquecer, a solidez de um sistema econômico feudal. Esta é, de fato, a razão central pela qual tais sistemas duraram tanto tempo.

⁶⁰ Como, por exemplo, no (em outros aspectos, bastante diferente) trabalho de Allen (1992); Ogilvie (1997); e Ghosh (2016).

⁶¹ Compare com Wickham (2018, p. 138). Veja também, a partir de uma perspectiva análoga, mas distinta, Brenner (1989), especialmente nas páginas (p. 31-39).

⁶² Veja, por exemplo, Epstein (2000, p. 49-88; p. 127-142), para algumas dessas restrições; Ghosh (2016), para uma explicação eficaz de como sistemas de equilíbrio elevado não necessariamente se transformavam em algo diferente. Van Bavel (2016), especialmente nas páginas (p. 1-38; p. 251-287), também destaca que os mercados de fatores, enquanto se desenvolvem – e às vezes impulsionam economias já complexas – tendem a operar como uma restrição mais tarde, criando um ciclo que tende a levar à involução econômica. Este é um argumento adicional poderoso em alguns casos, mesmo que não esteja claro que seja universal.

É claro que o trabalho assalariado, se pago em dinheiro ao invés de gênero, implica, como regra geral, uma demanda mais sólida e permanente por alimentos e bens artesanais essenciais. Os camponeses podem não precisar comprar tais artigos, mas qualquer pessoa totalmente dependente de salários sim. À medida que o trabalho assalariado aumentava em escala após 1500 ou algo assim, especialmente no arco de regiões que se estende do Sul da Alemanha através dos Países Baixos até a Inglaterra, haveria mais demanda desse tipo. Mas qualquer pessoa que queira ver isso, em si mesmo, levando ao desenvolvimento posterior e à dominação das relações capitalistas precisa reconhecer o fato, que eu enfatizei diversas vezes, de que, para a maior parte desta área, isso não aconteceu. Isso dá força ao argumento de que os modos de produção não são simplesmente definidos por renda, salários, e assim por diante; eles são sistemas inteiros. Ou seja, o trabalho assalariado rural, por mais substancial que fosse, não necessariamente minou a lógica do modo de produção feudal. Mesmo quando era muito extenso, uma dominação de estratégias econômicas camponesas sobre o sistema evidentemente podia impedir que a lógica do sistema se transformasse em uma lógica capitalista. Isso seria, de fato, para mim a questão-chave ao olhar para o momento de mudança na Inglaterra, em algum momento do século XVIII: quando e como essas estratégias perderam força no campo, permitindo que a lógica do sistema se transformasse?

Mas desenvolver tais questões mais a fundo seria inadequado em um artigo focado na Idade Média. É muito menos parte do meu escopo avançar ainda mais e oferecer aqui uma explicação da revolução industrial no Norte da Inglaterra. Sou totalmente um leitor externo da literatura sobre isso e, segundo descobri, não existe qualquer tipo de consenso, ainda menos do que costumava existir, sobre suas causas básicas ou até, às vezes, seus elementos básicos. Minhas simpatias certamente estão com aqueles que tendem a vê-la como resultado de uma concatenação de eventos acidentais; havia pouco na economia inglesa, até onde posso ver, que realmente a diferenciasse de qualquer um dos outros sistemas de equilíbrio elevado que estavam operando na Eurásia até 1700, exceto pela fácil disponibilidade de carvão. Eu sempre estive mais interessado na comparação Inglaterra-China de Kenneth Pomeranz do que nas reações de seus críticos, embora Pomeranz em si tivesse pouco interesse nas relações de produção, que foram meu foco principal aqui.⁶³ Então, eu simplesmente quero encerrar enfatizando, pelo menos segundo minha interpretação, da lógica da economia feudal, e, portanto, da maior parte da economia medieval, que se resume no controle pelos camponeses do processo produtivo, e na grande dificuldade que os senhores tinham em reverter essa situação. As regras feudais para a economia tinham uma história muito longa e um grande poder de permanência, durando milênios em alguns lugares. Podemos não gostar – nenhum de nós gosta – das implicações dessas regras, que eram baseadas do começo ao fim em coerção e opressão; mas elas também merecem algum respeito por esse poder de permanência.

⁶³ Quanto ao carvão, veja, por exemplo, Pomeranz (2000, p. 59-67; p. 72-76 para comentários breves sobre relações de produção); e, para uma visão muito diferente, mas ainda análoga, Allen (2009), especialmente nas páginas (p. 80-105). Este último livro de Mokyr (1999), contém balanços historiográficos convenientes, que mostram a ampla variedade de visões recentes. A exploração colonial britânica, é claro, também teria que ser incluída no quadro explicativo a essa altura, como Pomeranz faz, embora seja sabido que os impérios coloniais espanhol e britânico – os dois maiores em meados do século XVIII – tiveram efeitos econômicos muito diferentes sobre o poder colonial em si; isto é, fatores causais endógenos tiveram um papel maior do que os exógenos. Mas, certo ou errado, o ponto é marginal para este artigo.

Referências

- ALLEN, Robert. "Agricultural productivity and rural incomes in England and the Yangtze delta, c. 1620 – c. 1820". *Economic History Review*, v. 62, n. 3, 2009, p. 525-550.
- ALLEN, Robert. *Enclosure and the Yeoman: the agricultural development of the South Midlands, 1450–1850*. Oxford, 1992.
- ALLEN, Robert. "How prosperous were the Romans? Evidence from Diocletian's price edict (AD 301)". In: BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew. *Quantifying the Roman economy: methods and problems*. Oxford, 2009.
- ALLEN, Robert. "Real wages in Europe and Asia: a first look at the long-term patterns". In: ALLEN, Robert; BENGTSSON, Tommy; DRIBE, Martin. *Living standards in the past: new perspectives on well-being in Asia and Europe*. Oxford, 2005.
- ALLEN, Robert. *The British industrial revolution in global perspective*. Cambridge, 2009.
- ALLEN, Robert. "The great divergence in European wages and prices from the Middle Ages to the First World War". *Explorations in Economic History*, v. 38, n. 4, 2001, p. 411-447.
- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. *Reading capital: the complete edition*. Londres, 1970.
- ARMSTRONG, Pamela. "Greece in the eleventh century". In: HOWARD-JOHNSTON, James. *Social change in town and country in eleventh-century Byzantium*. Oxford, 2020.
- ARMSTRONG, Pamela. "The survey area in the Byzantine and Ottoman periods". In: CAVANAGH, William et al. *The Laconia Survey*. Vol 1: Methodology and Interpretation. Londres, 1996.
- BANAJI, Jairus. *A brief history of commercial capitalism*. Chicago, 2020.
- BANAJI, Jairus. *Theory as history: essays on modes of production and exploitation*. Leiden, 2010.
- BOIS, Guy. *The crisis of feudalism: economy and society in Eastern Normandy, c. 1300–1550*. Cambridge, 1984.
- BONDIOLI, Lorenzo. "Peasants, merchants, and caliphs: capital and empire in Fatimid Egypt, 900–1200 CE". Tese de doutorado, Universidade de Princeton, 2020.
- BONNEY, Richard (org.). *Economic systems and state finance: the origins of the modern state in Europe*. Oxford, 1995.
- BONNEY, Richard (org.). *The rise of the fiscal state in Europe, c.1200–1815*. Oxford, 1999.
- BOURIN, Monique; MENANT, François; TO FIGUERAS, Lluís (orgs.). *Dynamiques du monde rural dans la conjuncture de 1300: échanges, prélèvements et consommation en Méditerranée occidentale*. Roma, 2014.
- BOURIN, Monique; SOPENA, Pascual Martínez (orgs.). *Pour une anthropologie du prélèvement seigneurial dans les campagnes médiévales (XIe–XIVe siècles)*. Paris, 2004.
- BOZHONG, Li. *Agricultural development in Jiangnan, 1620–1850*. Basingstoke, 1998.

- BRENNER, Robert. “Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe”. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge, 1985.
- BRENNER, Robert. “Economic backwardness in Eastern Europe in the light of developments in the West”. In: CHIROT, Daniel. *The origins of backwardness in Eastern Europe*. Berkeley, 1989.
- BRENNER, Robert. “Property and progress: where Adam Smith went wrong”. In: WICKHAM, Chris. *Marxist history-writing for the twenty-first century*. Oxford, 2007.
- BRESC, Henri. *Un monde méditerranéen: économie et société en Sicile, 1300–1450*. Roma, 1986.
- BRITNELL, Richard. *Britain and Ireland, 1050–1350: economy and society*. Oxford, 2004.
- BRITNELL, Richard. *The commercialisation of English society, 1000–1500*. Manchester, 1996.
- BROADBERRY, Stephen; GUPTA, Bishnupriya, “The early modern great divergence: wages, prices and economic development in Europe and Asia, 1500–1800”. *The Economic History Review*, v. 59, n. 1, 2006, p. 2-31.
- CAMPBELL, Bruce M. S. “Progressiveness and backwardness in thirteenth and early-fourteenth century English agriculture: the verdict of recent research”. In: DUVOSQUEL, Jean-Marie; THOEN, Erik. *Peasants and townsmen in medieval Europe: studia in honorem Adriaan Verhulst*. Gante, 1995.
- CAMPBELL, Bruce M. S. “The agrarian problem in the early fourteenth century”. *Past and Present*, v. 188, n. 1, 2005, p. 3-70.
- CAROCCI, Sandro. “La ‘crisi del Trecento’ e le recenti teorie economiche”. In: SAINT-PULGENT, Diane; DEJOUX, Marie. *La fabrique des sociétés médiévales méditerranéennes: les Moyen Âge de François Menant*. Paris, 2018.
- CERMAN, Markus. *Villagers and lords in Eastern Europe, 1300–1800*. Basingstoke, 2012.
- CHITTOLINI, Giorgio. “Alle origini delle ‘grandi aziende’ della Bassa lombarda: l’agricoltura dell’irriguo fra XV e XVI secolo”. *Quaderni Storici*, v. 13, n. 39, 1978, p. 828-844.
- CLUNY, Odo de, *Vita sancti Geraldi Auriliacensis*. Bruxelas, 2009.
- COHN, Samuel Kline. *Lust for liberty: the politics of social revolt in medieval Europe, 1200–1425*. Cambridge, 2006.
- DAMERON, George. *Episcopal power and Florentine society, 1000–1320*. Cambridge, 1991.
- DEMADE, Julien. “Ponction féodale et société rurale en Allemagne du sud (XIe–XVIe siècles)”. Tese de doutorado, Universidade de Estrasburgo II, 2004.
- DE VRIES, Jan; VAN DER WOUDE, Ad. *The first modern economy: success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500–1815*. Cambridge, 1997.
- DOSSEY, Leslie. *Peasant and empire in christian North Africa*. Berkeley, 2010.
- DYER, Christopher, *An age of transition? Economy and society in England in the later Middle Ages*. Oxford, 2005.

- DYER, Christopher. “The material world of English peasants, 1200–1540: archaeological perspectives on rural economy and welfare”. *Agricultural History Review*, v. 62, n. 1, 2014, p. 1-22.
- DYER, Christopher. “The ineffectiveness of lordship in England, 1200–1400”. In: DYER, Christopher; COSS, Peter; WICKHAM, Chris. *Rodney Hilton’s Middle Ages: an exploration of historical themes*. Oxford, 2007.
- DYGO, Marian. “Zur Genese der sog. ‘zweiten Leibeigenschaft’ in Polen (15.–16. Jahrhundert)”. In: FREEDMAN, Paul; BOURIN, Monique. *Forms of servitude in Northern and Central Europe: decline, resistance, and expansion*. Turnhout, 2005.
- EPSTEIN, Stephan. *An island for itself: economic development and social change in late medieval Sicily*. Cambridge, 1992.
- EPSTEIN, Stephan. “Cities, regions and the late medieval crisis: Sicily and Tuscany compared”. *Past and Present*, n. 130, 1991, p. 3-50.
- EPSTEIN, Stephan. *Freedom and growth, London: the rise of States and markets in Europe, 1300–1750*. Abingdon, 2000.
- EPSTEIN, Stephan. “I caratteri originali: l’economia”. In: SALVESTRINI, Francesco (ed.). *L’Italia alla fine del medioevo: I caratteri originali nel quadro europeo*. Florença, 2006.
- ESCH, Arnold. “Lucca im 12. Jahrhundert”. Tese de Habilitação (não publicada), Universidade de Göttingen, 1974.
- FELLER, Laurent; WICKHAM, Chris (orgs.). *Le marché de la terre au Moyen Âge*. Roma, 2006.
- FINDLAY, Ronald; O’ROURKE, Kevin. *Power and plenty: trade, war, and the world economy in the second millennium*. Princeton, 2007.
- FIORE, Alessio. *Il mutamento signorile: assetti di potere e comunicazione politica nelle campagne dell’Italia centro-settentrionale (1080–1130 c.)*. Florença, 2017.
- FIRNHABER-BAKER, Justine; SCHOENAERS, Dirk (orgs.). *The Routledge history handbook of medieval revolt*. Abingdon, 2017.
- FOSSIER, Robert. *Enfance de l’Europe, Xe–XIIe siècles, aspects économiques et sociaux*. Paris, 1982.
- FRANCESCHI, Franco; TADDEI, Ilaria. *Le città italiane nel Medioevo: XII–XIV secolo*. Bolonha, 2012.
- FREEDMAN, Paul; BOURIN, Monique (orgs.). *Forms of servitude in Northern and Central Europe: decline, resistance, and expansion*. Turnhout, 2005.
- FRYDE, Edwin; FRYDE, Matthew. “Public credit, with special reference to north-western Europe”. In: POSTAN, M.; RICH, E.; MILLER, E. *The Cambridge economic history of Europe from the decline of the Roman empire*. Volume III. Cambridge, 1963.
- GHOSH, Shami. “Rural economies and transitions to capitalism: Germany and England compared (c.1200–c.1800)”. *Journal of Agrarian Change*, v. 16, n. 2, 2016, p. 255-290.
- GHOSH, Shami. “The ‘great divergence,’ politics, and capitalism”. *Journal of Early Modern History*, v. 19, n. 1, 2015, p. 1-43.

- GIL, Moshe. "The flax trade in the Mediterranean in the eleventh century AD as seen in merchants' letters from the Cairo Geniza". *Journal of Near Eastern Studies*, v. 63, n. 2, 2004.
- GINATEMPO, Maria. "Finanze e fiscalità". In: SALVESTRINI, Francesco (ed.). *L'Italia alla fine del medioevo: i caratteri originali nel quadro europeo*. Firenze, 2006.
- GIORGI, Ignazio; BALZANI, Ugo (orgs.). *Il Regesto di Farfa*. Rome, 1879–1919.
- GODELIER, Maurice. *Rationality and Irrationality in Economics*. Londres, 1972.
- GOLDBERG, Jessica L. *Trade and institutions in the medieval Mediterranean: the Geniza merchants and their business world*. Cambridge, 2012.
- GRASSI, Francesca. *La ceramica, l'alimentazione, l'artigianato e le vie di commercio tra VIII e XIV secolo*. Oxford, 2010.
- GREIF, Avner. *Institutions and the path to the modern economy: lessons from medieval trade*. Cambridge, 2006.
- GRILLO, Paolo. *Milano in età comunale (1183–1276): istituzioni, società, economia*. Spoleto, 2001.
- GRILLO, Paolo; MENANT, François (orgs.). *La congiuntura del primo Trecento in Lombardia (1290–1360)*. Rome, 2019.
- HAGEN, William. "How mighty the junkers? Peasant rents and seigneurial profits in sixteenth-century Brandenburg". *Past and Present*, n. 108, 1985, p. 80-116.
- HAGEN, William. *Ordinary Prussians: Brandenburg junkers and villagers, 1500–1840*. Cambridge, 2002.
- HALDON, John. "Theories of practice: marxist history-writing and complexity". *Historical Materialism*, v. 21, n. 4, 2013, p. 36-70.
- HALDON, John. *The state and the tributary mode of production*. Londres, 1993.
- HERLIHY, David. *Opera Muliebria: women and work in medieval Europe*. Nova York, 1990.
- HINTON, David. "Deserted medieval villages and the objects from them". In: DYER, Christopher; JONES, Richard. *Deserted villages revisited*. Hatfield, 2010.
- HILTON, Rodney. *English and french towns in feudal society: a comparative study*. Cambridge, 1992.
- HILTON, Rodney. "Freedom and villeinage in England". *Past and Present*, n. 31, 1965, p. 3-19.
- HILTON, Rodney. "Introduction' e 'A Comment'". In: HILTON, Rodney. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres, 1978a.
- HILTON, Rodney (org.). *The transition from feudalism to capitalism*. Londres, 1978b.
- HOBSON, Matthew. *The North African boom: evaluating economic growth in the Roman province of Africa Proconsularis (146 BC–AD 429)*. Portsmouth, 2015.
- HUANG, Ray, "The ming fiscal administration". In: TWITCHETT, Denis; MOTE, Frederick. *The Cambridge history of China: the Ming dynasty, 1368-1644*. Volume 7. Cambridge, 1998.
- HUBERT, Étienne. "La construction de la ville Sur l'urbanisation dans l'Italie médiévale". *Annales Histoire, Sciences Sociales*, v. 59, n. 1, 2004, p. 109-139.

- HUDSON, Pat. *Regions and industries: a perspective on the Industrial Revolution in Britain*. Cambridge, 1989.
- HUDSON, Pat. *The genesis of industrial capital: a study of the West Riding wool textile industry, c. 1750–1850*. Cambridge, 1986.
- HUNT, Edwin. “A new look at the dealings of the Bardi and Peruzzi with Edward III”. *The Journal of Economic History*, v. 50, n. 1, 1990, p. 149-162.
- KOTEL’NIKOVA, Ljubov. *Mondo contadino e città in Italia dal XI al XIV secolo: dalle fonti dell’Italia centrale e settentrionale*. Bolonha, 1975.
- KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen. *Industrialization before industrialization*. Cambridge, 1981.
- KUCHENBUCH, Ludolf; MICHAEL, Bernd. “Zur Struktur und Dynamik der ‘feudalen’ Produktionsweise im vorindustriellen Europa”. In: KUCHENBUCH, Ludolf; MICHAEL, Bernd. *Feudalismus: materialien zur Theorie und Geschichte*. Frankfurt: Ullstein, 1977.
- KULA, Witold. *An economic theory of the feudal system*. Londres, 1976.
- LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris, 1933.
- LAIYOU, Angeliki; MORRISSON, Cécile. *The Byzantine economy*. Cambridge, 2007.
- LAUWERS, Michel (orgs.). *La dîme, l’Église et la société féodale*. Turnhout, 2012.
- LEFEUVRE, Philippe. *Notables et notabilité dans le contado florentin des XII^e–XIII^e siècles*. Roma, 2022.
- LOPEZ, Robert S. *The commercial revolution of the Middle Ages, 950 - 1350*. Englewood Cliffs, 1971.
- MALANIMA, Paolo. *La fine del primato: crisi e riconversione nell’Italia del seicento*. Milão, 1998.
- MARX, Karl. *Capital: volume III*. Londres: Penguin, 1981.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- MARX, Karl. *Pre-capitalist economic formations*. Londres: Lawrence & Wishart, 1964.
- MAURI, Luisa Chiappa. “Riflessioni sulle campagne lombarde del Quattro-Cinquecento”. *Nuova Rivista Storica*, v. 68, 1985.
- MENANT, François. *Campagnes lombardes au Moyen Âge: l’économie et la société rurales dans la région de Bergame, de Crémone et de Brescia du Xe au XIIIe siècle*. Rome, 1993.
- MENANT, François. *L’Italie des communes (1100–1350)*. Paris, 2005.
- MOKYR, Joel. *Industrialization in the Low Countries, 1795–1850*. New Haven, 1976.
- MOKYR, Joel (org.). *The British industrial revolution: an economic perspective*. Boulder, 1999.
- MYRDAL, Janken; SAPOZNIK, Alexandra. “Technology, labour, and productivity potential in peasant agriculture”. *Agricultural History Review*, v. 65, n. 2, 2017, p. 194-212.
- OGILVIE, Sheilagh. *State corporatism and proto-industry: the Württemberg black forest, 1580–1797*. Cambridge, 1997.

- OGILVIE, Sheilagh. “‘Whatever is, is right?’ Economic institutions in pre-industrial Europe”. *The Economic History Review*, v. 60, n. 4, 2007, p. 649-684.
- OGILVIE, Sheilagh; CERMAN, Markus (orgs.). *European proto-industrialization*. Cambridge, 1996.
- ORECCHIONI, Paola. “I contesti ceramici nel basso medioevo: riflessi dei cambiamenti sociali nella cultura materiale”. Tese de doutorado, Universidade de Rome Tor Vergata, 2015.
- PALERMO, Luciano. *Sviluppo economico e società preindustriali*. Roma, 1997.
- PANERO, Francesco. “Il lavoro salariato nelle campagne dell’Italia centro-settentrionale dal secolo XII all’inizio del Quattrocento”. In: CORTONESI, Alfio; MONTANARI, Massimo; NELLI, Antonella. *Contratti agrari e rapporti di lavoro nell’Europa medievale*. Bolonha, 2006.
- PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe grew rich and Asia did not: global economic divergence, 1600–1850*. Cambridge, 2011.
- PINTO, Giuliano. *La Toscana nel tardo medioevo: ambiente, economia rurale, società*. Florença, 1982.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Trade and market in the Early Empires: economies in History and Theory*. Glencoe: Free Press, 1957.
- POLONI, Alma. “Una società fluida: l’economia di Firenze nel tardo medioevo”. *Storica*, v. 61-62, 2015, p. 165-190.
- POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: China, Europe and the making of the modern world economy*. Princeton, 2000.
- POMERANZ, Kenneth. “Their own path to crisis? Social change, state-building, and the limits of Qing expansion, c.1770–1840”. In: ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Age of Revolutions in Global Context, c.1760–1840*. Londres, 2011.
- POSTAN, Michael. “Medieval agrarian society in its Prime: England”. In: POSTAN, Michael. *The Cambridge economic history of Europe*. Volume 1. Cambridge, 1966.
- POSTAN, Michael. *The medieval economy and society*. Berkeley, 1972.
- REDI, Fabio. *Pisa com’era*. Nápoles, 1991.
- ROSENTHAL, Jean-Laurent; WONG, R. Bin. *Before and beyond divergence*. Cambridge, 2011.
- SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. Chicago, 1972.
- SAPORI, Armando. *La crisi delle compagnie mercantili dei Bardi e dei Peruzzi*. Florença, 1926.
- SHAW-TAYLOR, Leigh. “The rise of agrarian capitalism and the decline of family farming in England”. *The Economic History Review*, v. 65, n. 1, 2012, p. 26-60.
- SIMONSOHN, Shlomo. *The Jews in Sicily, 383–1300*. Leiden, 1997.
- TABARRINI, Lorenzo. *Estate management around Florence and Lucca (1000–1250)*. Oxford, 2023.
- UDOVITCH, A. L. “International trade and the medieval Egyptian countryside”. *Proceedings of the British Academy*, v. 96, 1999, p. 267-285.

- VAN BAVEL, Bas. *Manors and markets: economy and society in the Low Countries, 500–1600*. Oxford, 2010.
- VAN BAVEL, Bas. “Rural wage labour in the sixteenth-century Low Countries: an assessment of the importance and nature of wage labour in the countryside of Holland, Guelders and Flanders”. *Continuity and Change*, v. 21, n. 1, 2006, p. 37-72.
- VAN BAVEL, Bas. *The invisible hand? How market economies have emerged and declined since AD 500*. Oxford, 2016.
- VIONIS, Athanasios. “Current archaeological research on settlement and provincial life in the Byzantine and Ottoman Aegean: a case-study from Boeotia, Greece”. *Medieval Settlement Research*, v. 23, 2008, p. 28-41.
- VRIES, Peer. “The California School and beyond: how to study the great divergence?”. *History Compass*, v. 8, n. 7, 2010, p. 730-751.
- VROOM, Joanita. *After antiquity: ceramics and society in the Aegean from the 7th to the 20th century A.C. a case study from Boeotia, Central Greece*. Leiden, 2003.
- WHITTLE, Jane (org.). *Landlords and tenants in Britain, 1440–1660*. Woodbridge, 2013.
- WHITTLE, Jane. *The development of agrarian capitalism: land and labour in Norfolk, 1440–1580*. Oxford, 2000.
- WICKHAM, Chris. *Community and clientele in twelfth-century Tuscany: the origins of the rural commune in the plain of Lucca*. Oxford, 1998.
- WICKHAM, Chris. *Framing the early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400–800*. Oxford, 2005.
- WICKHAM, Chris. “Jiangnan style”. In: ARNOLD, John; HILTON, Matthew; RÜGER, Jan. *History after Hobsbawm: writing the past for the twenty-first century*. Oxford, 2018.
- WICKHAM, Chris. *Land and power: studies in Italian and European social history, 400–1200*. Londres, 1994.
- WICKHAM, Chris. “Le forme del feudalesimo”. *Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto Medioevo*, Spoleto, 2000.
- WICKHAM, Chris. “Prima della crescita: quale società?”. In: WICKHAM, Chris *et al.* *La crescita economica dell'Occidente medievale: un tema storico non ancora esaurito*. Pistoia, 2017.
- WICKHAM, Chris. “Productive forces and the economic logic of the feudal mode of production”. *Historical Materialism*, v. 16, n. 2, 2008, p. 3–22.
- WICKHAM, Chris. *The donkey and the boat*. Oxford, 2023.
- WONG, Roy Bin. “China before capitalism”. In: NEAL, Larry. *The Cambridge history of capitalism*. Cambridge, 2014.
- WOOD, Ian. *The modern origins of the early Middle Ages*. Oxford, 2013.
- ZURNDORFER, Harriet. “Cotton textile manufacture and marketing in late imperial China and the ‘Great Divergence’”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 54, n. 5, 2011, p. 701-738.